

“Frente democrática avança com força”, concluem lideranças

Movimento “Direitos Já” reúne 18 partidos contra ameaça golpista

O debate realizado no sábado (6) entre FHC (PSDB), Rodrigo Maia (DEM), Flávio Dino (PCdoB), Camilo Santana (PT) e Nelson Jobim concluiu que é hora de todos os setores políticos e sociais que defendem a democracia se unirem para fazerem

frente às ameaças golpistas de Bolsonaro. O quadro é agravado por um governo que colocou o país à deriva em meio a uma pandemia e uma crise econômica e social de grandes proporções, avaliaram os debatedores. O movimento lançará em breve propostas econômicas para o país sair da crise. **Página 3**

Reprodução Facebook



Intermediado por Fernando Guimarães, o debate reuniu o ex-presidente FH, os governadores Flávio Dino (MA) e Camilo Santana (CE), o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, e o ex-presidente do STF, Nelson Jobim

HORA DO POVO

ANO XXX - Nº 3.760 10 a 16 de Junho de 2020

★ ★ ★ ★ ★



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Estados do NE vão ao Supremo contra o corte no Bolsa Família

Procuradores-gerais de oito estados do Nordeste entraram com ação no STF pedindo a suspensão do corte de recursos do programa Bolsa Família para serem utilizados em publicidade do governo federal. O Ministério Público também apresentou ao TCU representação pedindo a suspensão do remanejamento da verba do programa para a Secom. **P. 5**

Olavo de Carvalho xinga Bolsonaro para obter grana e descola vaquinha

Depois de ser xingado aos berros por Olavo de Carvalho, inclusive com um recado forte (“enfia a condecoração no cú”), Bolsonaro deu sinal verde para uma vaquinha para saciar a gula e fechar a boca do astrólogo. **Página 3**

Rodrigo Maia adverte o governo: “brincar com a morte é perverso”

Reprodução Globo News



Atos bolsonaristas fracassam em Brasília, São Paulo e Rio

O ato, convocado em apoio a Bolsonaro e para pedir o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, na Avenida Paulista, no domingo (7), resultou em fracasso e reuniu pouco mais

de 100 pessoas. O mesmo esvaziamento aconteceu em Brasília e no Rio de Janeiro. Em Brasília, bolsonaristas pareciam perdidos perambulando pela Esplanada dos Ministérios. Sem o número a cavalo nem o do helicóptero,

Bolsonaro apareceu para falar com algumas dezenas de seguidores. Em São Paulo, um grupo de 3 mil pessoas não respeitou o isolamento social e realizou manifestação contra Bolsonaro no Largo da Batata. **Página 3**

“Ao alterar os números, o Ministério da Saúde tapa o sol com a peneira. Um ministério que tortura números cria um mundo paralelo para não enfrentar a realidade dos fatos”, afirmou o presidente da Câmara

ra, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “É urgente que o Ministério da Saúde divulgue os números com seriedade, respeitando os brasileiros e em horário adequado. Não se brinca com mortes e doentes”, enfatizou. **Pág. 3**



“Nosso elemento moderador é a Constituição, não são as FFAA”, diz general Santos Cruz

“Essa interpretação de que as Forças Armadas são um poder moderador é completamente equivocada”, afirmou o general Alberto Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo de Bolsonaro. “O nosso elemento

moderador é a Constituição federal, não são as Forças Armadas. Essa interpretação é extremamente perigosa, porque ela dá margem até a derivações e interpretações por conveniência etc”, acrescentou. **Página 3**

Comsefaz pede derrubada de veto ao uso de 8,6 bi contra Covid-19

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) pediu que o Congresso rejeite

com urgência o veto presidencial à Lei que destina R\$ 8,6 bilhões para estados e municípios combaterem a Covid-19. **Pág. 2**



Carlos Lessa: "O Brasil perde um grande Brasileiro"

"Com B maiúsculo", afirma a nota da UFRJ

Faleceu na manhã de sexta-feira, 5 de junho, aos 83 anos, Carlos Lessa, um dos grandes economistas do país e um defensor do pensamento nacional desenvolvimentista. Lessa era apaixonado pelo Brasil. Por sua luta foi exilado no Chile após o golpe militar de 64.

Dedicou toda a sua vida perseguindo o objetivo político de conquistar um Brasil desenvolvido e soberano. Lessa foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente do BNDES. Ele ajudou a fundar o Instituto de Economia da Unicamp e ministrou aulas no Instituto Rio Branco do Itamaraty.

O professor Carlos Lessa estava internado no Hospital Copa Star, em Copacabana, na Zona Sul do Rio. A causa da morte foi Covid-19. A informação foi confirmada pela universidade e pelo filho Rodrigo Lessa, que publicou uma mensagem sobre o falecimento do pai em uma rede social. Ele deixa três filhos e netos.

"Meu amado pai foi hoje às 5 horas da manhã descansar. A tristeza é enorme. Seu último ano de vida foi de muito sofrimento e provação. O legado que ele deixou não foi pequeno. Foi um exemplo de amor incondicional pelo Brasil, coerência e honestidade intelectual, espírito público, um professor como poucos e uma alma generosa que sempre ajudou a todos que podia quando estava a seu alcance, um grande amigo. Que descanse em paz", afirmou Rodrigo Lessa.

A UFRJ divulgou uma nota em seu site afirmando que Carlos Lessa sempre trabalhou pela universidade, com respeito às decisões dos colegiados e às instâncias administrativas. Na posse como reitor, Lessa entregou ao então ministro Paulo Renato de Souza um plano emergencial propondo ações imediatas para revitalizar a instituição.

A universidade decretou luto oficial de três dias. "A Reitoria da UFRJ lamenta profundamente a perda de Lessa e presta condolências à família e aos amigos. O Brasil perde um grande Brasileiro, com B maiúsculo", afirma a nota da UFRJ.

Lessa foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no início do governo Lula, em 2003, sob indicação dos economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Ele ficou de janeiro de 2003 a novembro de 2004, quando foi demitido e substituído por Guido Mantega.

Sua demissão se deu após dizer à Folha que a gestão do então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, era um "pesadelo". Na época, os dois divergiam com relação ao valor da extinta TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que indexava os contratos do banco.

"Estou absolutamente convencido de que o presidente do Banco Central faz parte de uma articulação para desmontar o BNDES. Não sei se ele é o financiador da orquestra, mas ele é o regente", afirmou na entrevista, que foi considerada pelo governo Lula como a gota d'água para sua substituição no comando do banco.

Em nota, o ex-presidente lamentou a morte de Lessa. "O país perde hoje um grande brasileiro. Mas seu exemplo, suas ideias e suas lições permanecem, para aprendermos e nos inspirarmos para a construção de dias mais felizes", afirmou.

Defensor intransigente dos interesses nacionais, Carlos Lessa travou uma disputa bilionária com a multinacional americana de energia, a AES, que era dona da Eletropaulo e pretendia dar um calote no banco. Após a efetivação do calote da americana em dívida assumida na privatização da empresa, o banco, sob o comando de Lessa, acabou se tornando dono de ações da distribuidora.

Realmente, ele era considerado um intransigente por algumas pessoas. Principalmente quando o assunto eram os interesses nacionais e o bem estar do povo brasileiro. Ele não arredava o pé, como fez no caso AES e o BNDES.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/carlos-lessa-um-exemplo-de-amor-incondicional-pelo-brasil/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusá,

140 Curú-Utinga - CEP 66510-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Comsefaz pede rejeição do veto de 8,6 bi para combate à Covid



Rafael Fonteles, ao centro, preside o Comitê de Secretários de Fazenda



Foto: Marcelo Casali Jr/Agência Brasil

BNDES: com atraso na ajuda emergencial, situação dos municípios é dramática

Com uma forte queda na arrecadação e o aumento na demanda por serviços públicos, feitos da pandemia da Covid-19, a situação financeira dos municípios se agrava. Para a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), só há uma saída para que os atendimentos à população não entrem em choque, "é o governo federal liberar logo a primeira parcela do auxílio financeiro aos estados e municípios".

De acordo com a FNP, a primeira parte, de quatro parcelas, dos R\$ 60 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional em 6 de maio, já deveria estar no caixa dos estados e prefeituras no mês passado. Mas como Bolsonaro demorou quase um mês para sancionar o Projeto Lei, a primeira parcela do recurso ficou para junho.

"A demora na sanção de fato foi exagerada, porque o projeto foi aprovado no Congresso no dia 6 de maio e a sanção só ocorreu na data limite, que foi 27 de maio. Essa demora do repasse tem uma consequência muito prática: o repasse dos recursos aos municípios foi postergado em um mês. O que isso significa? A primeira parcela será paga em junho e não em maio como previa o projeto. Isto aumentou a angústia dos prefeitos porque os déficits nas contas dos municípios só aumentam e, certamente, os atrasos nos

pagamentos, que já estavam acontecendo, vão ser muito maiores, o que é pior, atrapalha a economia do País", disse o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, em entrevista à Hora do Povo.

O governo diz que o recurso aos entes federados será depositado no dia 9 de junho. No entanto, desde a sanção da lei, se passaram 7 dias e até agora Bolsonaro não enviou ao Congresso Nacional a medida provisória que autoriza o crédito extraordinário de R\$ 60 bilhões aos entes federados.

"Por enquanto, só são anúncios de que os recursos serão liberados. Estamos torcendo para que o pagamento seja na data que estão prometendo. Mas veja, a pandemia começou em meados de março, são três meses para começar a chegar o recurso de maneira mais focada para as grandes e médias cidades. Foi muito lento o processo de tomada de decisões, de combate à economia, com as consequências sociais e econômicas graves ocorrendo", criticou Perre.

A FNP alerta que se a liberação demorar tanto quanto foi a sanção, os pagamentos para fornecedores e salários dos funcionários vão atrasar muito.

"O governo tem defendido muito a retomada da atividade econômica, mas a retomada da atividade só acontece na medida em

que a pandemia seja adequadamente enfrentada, por exemplo, socorrendo os estados e municípios", disse. "Estados e municípios não podem emitir papel-moeda, o único ente no país que pode emitir moeda é a União. Se não ocorrer estados e municípios eles vão atrasar o pagamento de fornecedores e salários dos funcionários e a economia vai parar de girar".

A FNP alerta para uma queda generalizada nos serviços públicos

"A situação financeira dos estados e municípios é dramática. Como é que você lida com uma pressão sobre as despesas com diminuição abrupta das receitas? Não há milagre à vista para prefeitos e governadores, uma vez que eles não podem emitir papel-moeda. A forma de financiamento dos entes subnacionais no Brasil é rolando dívida, fazendo dívida. Então, se você não tem de onde tirar dinheiro quando há aumento de dívida e diminuição da sua receita, ou seja, vai ter que atrasar o pagamento de fornecedores e o pagamento de salários. Na virada de junho, os municípios já estavam contando moedas para fazer o pagamento da folha", declarou Perre.

Veja a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/com-demora-no-socorro-situacao-dos-municipios-e-dramatica-diz-fnp/>

Após fiasco, governo anuncia outro crédito de ajuda às empresas em meio à pandemia

O governo federal publicou na terça-feira (2), no Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória (MP) 975/2020 que instituiu o "Programa Emergencial de Acesso a Crédito" e autoriza um acréscimo de R\$ 20 bilhões de recursos da União ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exclusivamente para a cobertura das operações contratadas no âmbito do programa instituído pela MP.

Após pressão de micro, pequenos e médios em-

presários que não viram os recursos anunciados por Bolsonaro e Guedes chegarem na ponta, depois de dois meses do início da pandemia da Covid-19, o governo foi obrigado a anunciar mais um linha de crédito na tentativa de fazer chegar os recursos às empresas que foram atingidas pelas medidas necessárias para impedir o avanço da pandemia, como a quarentena com a suspensão de atividades econômicas, e enfrentam dificuldades de manter seus negócios e a folha de pagamento de seus funcionários.

Os bancos, que recebe-

ram logo no início da pandemia R\$ 1,2 trilhão de injeção de liquidez para emprestar às empresas, empoeçaram o dinheiro. Dificultaram o acesso ao crédito, através de juros altos, de prazos e garantias entre outras exigências que tornaram um impedimento o acesso ao crédito às empresas, particularmente às micro, pequenas e médias empresas, as que mais precisam e as que mais empregam no país.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/apos-fiasco-governo-anuncia-nova-linha-de-credito-as-empresas/>

Para secretários estaduais de Fazenda, recurso parado no fundo extinto pelo governo, e destinado pelo Congresso Nacional ao enfrentamento da pandemia, é fundamental para compra de materiais e atendimento à população afetada

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) enviou na quinta-feira (4) ofícios aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, David Alcolombre, pedindo que o Congresso Nacional rejeite com urgência o veto presidencial à Lei Complementar nº 14.007/2020 que destina diretamente aos estados e municípios cerca de R\$ 8,6 bilhões, que serão usados na compra de equipamentos e materiais para o combate à Covid-19.

O presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles, afirma no documento que os entes federados estão enfrentando quedas abruptas de receita e um aumento expressivo de despesas em decorrência da crise sanitária e ressalta que o repasse de R\$ 8,6 bilhões, que estão parados no fundo extinto de Reserva Monetária (FRM), são de "fundamental importância para preservar o fluxo financeiro dos entes na situação calamitosa em que se encontram e para garantir a normalidade da prestação dos serviços públicos à população, diante da avassaladora queda nas receitas com a retração da economia decorrente da crise sanitária".

Na quarta-feira (3) Bolsonaro sancionou com vetos a Lei Complementar nº 14.007/2020, que foi aprovada pelo Congresso Nacional com o objetivo de destinar diretamente aos estados e municípios R\$ 8,6 bilhões para o uso de compra de equipamentos e materiais no enfrentamento à pandemia. Ao sancionar a lei, Bolsonaro só manteve a extinção do fundo e vetou os dispositivos que destinava o saldo residual do fundo para a compra de equipamentos e

insumos. Assim, os recursos serão transferidos para os bancos através do pagamento da dívida pública.

"Com o veto, os recursos serão destinados conforme a proposta original, que os direciona para o pagamento da dívida pública federal, o que, no momento, não se mostra mais relevante do que a sua destinação para o combate à pandemia em curso, inclusive a compra de materiais de prevenção à propagação do vírus e adoção de outras medidas de suporte e apoio ao atendimento à população afetada. Vale ressaltar que o adequado e eficaz enfrentamento da pandemia conferirá segurança para que os estados e municípios proporcionem condições para a reabertura de sua economia", destacou o comitê no documento.

No documento ainda, Fonteles alertou para a imprevisibilidade quanto ao período necessário à recuperação da economia e à retomada completa das atividades econômicas.

"Cabe destacar a imprevisibilidade do período necessário à recuperação econômica e à retomada completa das atividades e da consequente arrecadação dos impostos que compõem grande parte das receitas dos entes subnacionais".

"Destá forma, a urgência na apreciação da matéria e em especial a rejeição do veto aos referidos dispositivos se mostram como de fundamental importância para preservar o fluxo financeiro dos entes na situação calamitosa em que se encontram e para garantir a normalidade da prestação dos serviços públicos à população, diante da avassaladora queda nas receitas com a retração da economia decorrente da crise sanitária", enfatizou o presidente do Comsefaz.

"Só o setor público pode tirar a economia do buraco", afirma o economista Nelson Marconi

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nelson Marconi é mais um dos economistas que defende que a resposta à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus – e suas consequências – seja através da firme ação do Estado e do aumento dos gastos públicos. Em entrevista concedida ao portal G1, Marconi afirma que o setor privado não terá forças para ajudar na recuperação da economia – como pretende Paulo Guedes, ministro da Economia.

"Não será o setor privado que vai conseguir tirar a economia do buraco. Nesse cenário, o único que pode investir é o setor público porque a decisão de investimento independe desse quadro todo, da quebra das empresas e do aumento do desemprego", afirma.

"A solução de financiar (gastos) com a emissão de moeda é a menos custosa para o país e outras economia estão fazendo a mesma coisa", diz.

De acordo com o economista, a queda do PIB será ainda mais forte esse ano diante da inércia do governo de tomar "as medidas que precisam ser adotadas". De acordo com o IBGE, a economia do país recuou 1,5% no primeiro trimestre, fruto da política econômica que antecedeu a pandemia e de seus efeitos na última quinzena de março.

"Quanto mais tempo o governo demora para fazer um enfrentamento incisivo da pandemia no país, mais tempo leva para a economia voltar para a normalidade. Do ponto de vista social, tudo leva a crer que a crise vai ser muito maior", afirma Marconi.

Para ele, o governo errou na demora em liberar a renda emergencial. "O que faz as pessoas irem para a rua é a necessidade de ter algum recurso". "O segundo erro é que o governo insiste em tratar a questão fiscal dessa crise da forma tradicional. Na verdade, dado que é uma situ-

ação anormal, ele precisaria tratar isso também de forma diferente. Ele precisaria emitir moeda. Há todo um mecanismo de venda de títulos do Tesouro para o Banco Central que permitiria ao governo emitir moeda e financiar esse gasto adicional de uma forma mais fácil, sem emitir dívida no mercado", defende.

A insistência no ajuste fiscal por parte da equipe econômica do governo como forma de sanar as contas públicas no período pós-pandemia seria, para o economista, fator que agravaria ainda mais a situação do país.

"Se o país sair dessa situação e for direto para o ajuste fiscal, o tombo da economia vai ser maior. O governo precisa fazer o investimento público por seus próprios meios, buscando recursos junto ao Banco Central, com o BNDES aumentando os seus desembolsos", defende Nelson Marconi.

"Nós estamos numa situação sui generis", explica o economista. "O setor privado não vai investir num cenário desse. Ele está quebrado. Não vai ter demanda no mercado. Não será o setor privado que vai conseguir tirar a economia do buraco. Nesse momento, nós vamos ter de aumentar o gasto do setor público para poder tirar a economia do buraco. Inclusive, se o governo aumentasse o investimento público na área de saúde e saneamento básico, esse investimento, além de gerar mais renda na economia, ajudaria o país a sair da pandemia porque melhoraria os indicadores de saneamento. Seria a melhor solução, mas o governo parece que não está preocupado em caminhar nesse sentido".

"O investimento público pode ajudar a retomar a atividade econômica e, com isso, aumentar a arrecadação do governo. A relação dívida/PIB também começa a melhorar depois de algum tempo porque vai haver crescimento", enfatiza o professor da FGV.

Direitos Já reúne FH, Maia, Dino, Jobim e Camilo pela democracia



Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

General Carlos Alberto Santos Cruz “Elemento moderador é a Constituição, não são as FFAA”, diz Santos Cruz

“Essa interpretação de que Forças Armadas são um poder moderador é completamente equivocada”, destacou o general

“Essa interpretação de que Forças Armadas são um poder moderador é completamente equivocada”, afirmou na quarta-feira (03) o general Alberto Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo do presidente Jair Bolsonaro.

“O nosso elemento moderador é a Constituição federal, não são as Forças Armadas. Essa interpretação é extremamente perigosa, porque ela dá margem até a derivações e interpretações por conveniência etc”, acrescentou Santos Cruz.

“Então”, prosseguiu o general na entrevista ao jornal “O Globo”, “eu não acho conveniente e acho equivocada esse tipo de interpretação. Causa confusão. A harmonia dos Poderes é uma obrigação da Constituição. A população quer segurança, quer assistir as ações do governo com tranquilidade e não com esse tipo de possibilidade de interpretação”.

“A harmonia entre os Poderes não tem nada a ver com Forças Armadas, ela deve partir da boa vontade. Eles (os Poderes do Estado) são os que têm que resolver. A população espera uma discussão de alto nível. Discórdância faz parte da democracia, por que se tem uma discórdância já tem que falar em Forças Armadas?”, destacou o general.

Santos Cruz falou também da participação de um grande número de militares no governo. “É preciso desmanchar essa confusão de imagem institucional com assuntos de governo. A associação da imagem das Forças Armadas com os assuntos corriqueiros de governo, essas discussões todas de Executivo com STF, não está acontecendo nada de excepcional”, disse.

“Então acho até leviandade associar as Forças Armadas com assuntos que são corriqueiros. O processo democrático é feito desse jogo de pressões. Mas compete somente a eles arrumar uma solução. Essas pessoas (militares que exercem funções no governo) não representam a instituição, não interessa o grau hierárquico. Quem representa politicamente as Forças Armadas é o ministro da Defesa e os comandantes. O pessoal da reserva pode ter a sua opinião, mas não tem nenhuma representatividade institucional”, completou o general.

Ato bolsonarista do Distrito Federal foi ainda mais esvaziado do que foi há uma semana

A manifestação bolsonarista no Distrito Federal reuniu algumas dezenas de pessoas na manhã do domingo (7).

A polícia prendeu um manifestante que portava um taco de madeira na manifestação. Antes houve uma carreatá pró-Bolsonaro.

O governo do DF reforçou a segurança na Esplanada dos Ministérios para evitar confrontos.

Dessa vez sem helicóptero, sem cavalo e novamente sem máscara, Bolsonaro foi cumprimentar um punhado de seguidores no porta do Palácio da Alvorada pela manhã.

Já o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, não participou do pequeno ato bolsonarista e foi cumprimentar os policiais que estavam na barreira montada pelo governo do DF. Depois ele alegou que não participou do ato e foi

apenas cumprimentar os policiais.

Logo cedo um outro grupo realizou uma manifestação contra o governo, que terminou sem problemas maiores.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, onde está marcada uma manifestação bolsonarista, a Polícia Militar de São Paulo prendeu duas pessoas com um coquetel molotov pronto e com material para produzir um outro.

Com essas pessoas foram encontrados um galão com dois litros de gasolina, óleo de cozinha e uma garrafa de vidro. Além disso, eles tinham também um bastão e um spray, que os policiais acreditam que seria utilizado para funcionar como um lança-chamas.

Eles foram conduzidos a uma delegacia. A polícia ainda não havia identificado se eles pertenciam a algum movimento. Os detidos seriam menores de idade.

Ato bolsonarista na Paulista fracassa; no Largo da Batata, 3 mil protestam contra Bolsonaro

O ato convocado pelos bolsonaristas na Avenida Paulista, no domingo (7), resultou em fracasso e reuniu pouco mais de 100 pessoas.

Bolsonaristas carregavam faixas em que pediam, como já é de costume, “intervenção militar com Bolsonaro no poder” e “elaboração de uma nova constituição”.

Já o Largo da Batata, zona oeste da cidade, foi realizada uma manifestação a favor da democracia. Entre os cerca de 3 mil presentes, alguns carregavam faixas e cartazes contra Bolsonaro e o racismo.

A manifestação antifascista no Largo da Batata começou às 14h até que foi encerrada às 16h20. O ato foi pacífico.

Depois de encerrado o protesto, um pequeno grupo começou a andar em direção à Avenida Paulista, sendo impedido pela polícia. Se aproveitando da situação, alguns provocadores começaram a fazer atos de vandalismo, quebraram lixeiras, incendiaram lixo e atiraram objetos na polícia. A polícia interveio com moderação. O conflito durou pouco tempo. Não se sabe se pessoas foram presas.



Reprodução

Líderes e personalidades políticas defenderam uma frente ampla democrática

“Brincar com a morte é perverso”, diz Maia contra manipulação de números da Covid-19

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a criticar o governo Bolsonaro por tentar esconder os números de coronavírus no país.

Maia afirmou que “é urgente resgatar a credibilidade das estatísticas”. “É urgente que o Ministério da Saúde divulgue os números com seriedade, respeitando os brasileiros e em horário adequado. Não se brinca com mortes e doentes”, enfatizou. “Brincar com a morte é perverso”, escreveu, em post nas redes sociais.

“Ao alterar os números, o Ministério da Saúde tapa o sol com a peneira. Um ministério que tortura números cria um mundo paralelo para não enfrentar a realidade dos fatos”.

O governo começou a esconder os dados do avanço da pandemia no Brasil sob ordem de Jair Bolsonaro. No domingo, O Ministério da Saúde divulgou primeiro que morreram, durante o dia, 1.382 pessoas pelo vírus, porém mais tarde diminuiu a contagem para 525. A diferença é de 857 mortes.

O número acumulado de infectados e de óbitos pela COVID-19 também foi retirado do site.

Já são mais de 37 mil mortes e 685 mil infectados.

No primeiro dia em que a divulgação dos dados foi atrasada pelo Ministério, Jair Bolsonaro disse que “acabou matéria do Jornal Nacional”.

No sábado, Rodrigo Maia já tinha reclamado

da falta de transparência do governo Bolsonaro e disse que se o Ministério da Saúde não quiser divulgar, alguém o fará. “Até porque é o seguinte: essas são informações que não são do governo federal, são dos estados. Então, os estados vão divulgar de qualquer jeito, alguém vai consolidar. Vai ser o Congresso, vai ser o TCU? Alguém vai consolidar e vai dar publicidade a isso”.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) lançou um painel que acompanha os números nos estados e divulga o total de mortos e infectados.

De acordo com o Ministério da Saúde, uma plataforma está sendo desenvolvida para que os números voltem a ser divulgados por ele.

Para FHC, Ciro Gomes e Marina Silva, só uma frente democrática para salvar o Brasil

O Brasil precisa de uma frente democrática para defender a democracia ameaçada pelo governo Bolsonaro. A crise democrática é agravada pela crise da pandemia e da economia.

Esta foi a conclusão do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), do ex-ministro Ciro Gomes (PDT) e da ex-ministra Marina Silva, que participaram do debate no canal GloboNews, entrevistados pela colunista e apresentadora Miriam Leitão.

“É necessário [uma união], é urgente que se faça isso. Não guardo rancor de ninguém, temos de olhar para frente, para o país”, afirmou FHC.

Ciro Gomes destacou que uma eventual divergência entre ele e outros líderes políticos “fica guardada para a hora própria”. “Vamos defender a democracia”, conclamou. Ele classificou o governo Bolsonaro como um “atentado às liberdades”.

Ele se mostrou preocupado com a ameaça do país voltar a cair numa ditadura. “Você, Miriam [Leitão], foi torturada, o presidente Fernando Henrique foi

exilado. Nós vamos esquecer isso? Nem a pau, Juvenal”, disse.

Para Marina, “estamos nessa combinação altamente perigosa de uma grave crise de saúde, um crise na economia e uma crise envolvendo a nossa democracia”. Ela ressaltou que “com certeza é o presidente Jair Bolsonaro que está conduzindo” o país para uma situação de caos.

A ex-ministra Marina Silva usou uma imagem para ilustrar a necessidade de união dos democratas brasileiros.

“Tem situações, Miriam, que não devemos olhar de cima pra baixo. A gente deve olhar de baixo para cima. Para poder enxergar o que está acima de nós. E nesse momento o que está acima de nós são 500 mil pessoas contaminadas com essa doença. Nesse momento, o que está acima de nós são mais de 36 mil mortes”.

“Nesse momento o que está acima de nós é a nossa democracia, o estado democrático de direito. É com esse espírito que homens públicos e a sociedade civil estão se mobilizando”, completou.

Questionado sobre as

manifestações que estão surgindo em defesa da democracia e contra Bolsonaro, o ex-presidente FHC resumiu sua posição: “é o momento que não podemos calar”.

Ele advertiu que elas devem ser realizadas “com cuidado para que o outro lado, ou seja o outro grupo bolsonarista mais feroz, mais ideológico, não use o argumento de que ‘olhem não deixa o homem governar’”.

“Ele governa do jeito que quiser. Ele não sabe governar”, acrescentou.

“Agora, nós que temos o compromisso com a reconstrução da democracia no Brasil, com o exercício da democracia, precisamos dizer com simplicidade, clareza, com cuidado, mas não com temor, para que a população entenda, perceba, aqui, que coloquei no início, ou seja, a luta não é só política, é sócio e econômica”.

Para FHC, o governo está sem rumo com o atual governo. “A reunião ministerial [de 22 de abril tornada pública pelo STF] mostrou que o Brasil está sem rumo”, frisou.

Texto completo em nossa página www.horadopovo.com.br

“É hora de cuidar das pessoas e ao mesmo tempo costurar a frente ampla”, diz Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que o momento é de articular a frente ampla para defender a democracia. Para o deputado, é costurando a frente ampla que se leva milhões às ruas.

“Eu estou morrendo de vontade de ir pra rua, mas agora é hora de cuidar das pessoas e, ao mesmo tempo, ir costurando essa frente ampla que vai preparar a ida de milhões para a rua. Não podemos ter posição

incoerente de quem fala que não é para fazer concentração e fazer concentração”, disse o deputado durante live com a pré-candidata vereadora de São Paulo, Keila Pereira, pelo PCdoB.

Keila e Orlando durante a live. Reprodução “Nós temos que costurar essa frente ampla, conversar com todo mundo, com quem concorda com a democracia e não com o jeito que o Bolsonaro faz as coisas. Essa frente

“A frente democrática avança com força”, concluem debatedores, coordenados por Fernando Guimarães

O movimento “Direitos Já”, que reúne 18 partidos políticos e é coordenado por Fernando Guimarães, promoveu na tarde sábado (06) um debate virtual sobre a situação política do país e as ameaças do governo Bolsonaro à democracia.

O evento contou com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), do presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM), do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, do governador do Ceará, Camilo Santana (PT) e do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

STF Fernando Henrique e Nelson Jobim falaram sobre a tentativa oportunista de reinterpretar o artigo 142 da Constituição. Jobim lembrou que, de 1988 para a frente, não há nenhuma dúvida de que as FFAA não têm o papel moderador que foi aventado pelo jurista Ives Gandra. “A manifestação feita pelo general Santos Cruz deixa muito clara a posição das Forças Armadas. Eles não querem repetir a experiência de 1964”, disse Jobim.

“A alusão ao papel na defesa da lei e da ordem”, segundo Jobim, “é contra ataques externos aos três poderes e em defesa da Constituição e não um contra o outro”.

FHC destacou que é necessário que todos fiquem alertas contra as ameaças autoritárias.

O ex-presidente FHC observou que esta tendência de arbítrio não é específica do Brasil e que a necessidade de uma frente pela democracia é decisiva em momentos como este. Ele disse que os protestos contra os ataques ao STF foram muito importantes para mostrar a resistência da sociedade.

FHC destacou o grande papel que vem sendo cumprido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Defendeu que a democracia se desenvolva, que agregue mais participação para melhor atender à população.

NOVA GERAÇÃO

Para FHC, “todos os que estão a favor da democracia devem se unir neste momento”. Ele disse que apoia todas as iniciativas neste sentido. O tucano chamou a atenção para a necessidade de estender as discussões para os militares. Tenho certeza que neste grupo há quem possa fazer isso”, afirmou.

Ele acrescentou que lideranças mais velhas, nas quais ele também se incluiu, devem parar de ficar disputando espaço e dar lugar, segundo ele, “para as lideranças das novas gerações”. Nelson Jobim disse que vê a frente já atuando, quando personalidades se unem concretamente para defender democracia.

Camilo Santana saudou o encontro, se somou na opinião de que é necessário defender a democracia e falou sobre o episódio vivido pelo Ceará no início do ano.

Ele lembrou que foram grupos minoritários e instrumentalizados que, com os rostos escondidos como bandidos, aterrorizaram a população e também outros policiais. “Nós enfrentamos a situação que poderia ter se expandido para outros estados”, disse.

DESIGUALDADE SOCIAL

Camilo avaliou que a pandemia descortinou a grave desigualdade social que, segundo ele, deve ser enfrentada no programa de retomada no pós-pandemia.

O governador falou sobre as manifestações programadas para os próximos dias e reforçou que este não é o momento para a ocupação das ruas porque, em sua opinião, isso pode agravar a pandemia. “Temos que ser coerentes, criticamos quando o presidente provoca aglomerações, então, não seremos nós que vamos fazer isso”, argumentou.

Rodrigo Maia falou sobre os ataques que vem recebendo das redes sociais bolsonaristas. “Como fui o alvo preferencial desde o início, passei a compreender, entender e sofrer diariamente aqueles ataques dessas redes sociais que têm proximidade com o governo. Uma tentativa clara desses movimentos de criar um novo modelo contra democracia representativa”.

Maia disse ainda que os ataques começaram quando ele se opôs à inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural na reforma da Previdência. “Quando eu cheguei em Brasília eu comecei a ser atacado pelas redes sociais mais próximas ao filho do presidente, o Carlos. Eu me surpreendi, aquilo me chocou”, afirmou o deputado.

AGREDIDO

“Ser criticado é uma coisa, mas ser violentamente atacado por

blogs é outra. Desde ali, víamos que havia uma intenção desses movimentos. Eles acreditam que a vitória do presidente [nas eleições] é uma vitória absoluta e que todas as instituições servem para respaldar e referendar a posição do governo. Se o governo ganhou com aquela agenda, cabe ao parlamento aceitar, como se ele não fosse uma representação mais ampla da sociedade do que apenas o governo”, disse.

“Ano passado havia uma mobilização maior, sempre com as faixas ‘Artigo 142’, ‘Fecha o Congresso’ e nenhum de nós deu bola. Os ataques ao Supremo em um primeiro momento eram concentrados ao presidente Toffoli. Nós fomos deixando essa coisa até que antes do carnaval teve aquela famosa frase do ministro Augusto Heleno, na qual ele disse que ‘o parlamento quer chantagear o governo’. A escalada já foi nessa linha, e depois da pandemia continuou”, acrescentou Maia.

“Eu acho que há um movimento que apoia o presidente nessa linha de colocar as instituições numa posição abaixo do governo e o que nós temos feito é mostrar o contrário. Eu mesmo durante as eleições disse que tinha compromisso com a pauta econômica, mas não com o resto da pauta do governo. O resto da pauta nós estamos travando, os avanços em relação a terra indígena, a questão de armas”, afirmou o presidente da Câmara.

“O melhor caminho é que a gente consiga pela política, pelas instituições, colocar os limites e enfrentar esse tempo tão difícil com um mínimo de diálogo. Precisamos de diálogo”, salientou. “Sobre esse debate se vai ter ou não isolamento. Pegamos os exemplos da Dinamarca e da Suécia, uma fez e a outra não. A taxa de mortos na Dinamarca foi 100 para cada um milhão, na Suécia 440 e a queda na economia foi igual. O isolamento é uma necessidade para salvar vidas”, destacou Maia.

INVESTIMENTOS

“Estamos em um momento em que precisamos investimentos em infraestrutura para garantir alguma condição de renda mínima, sendo que no terceiro trimestre nós vamos caminhar para 18% de taxa de desemprego, e até o final do ano uma queda na economia na casa de 7%. São números alarmantes, graves e que exigem união, diálogo e a construção de caminhos ouvindo toda a sociedade. O parlamento tem esse papel. Nós temos feito debates, principalmente sobre as saídas para a Saúde, economia e vamos fazer um sobre renda mínima. Estamos tentando ouvir muita gente para construir a posição dos parlamentares”, afirmou Maia.

O deputado alertou para a defesa das médias, pequenas e micro empresas. “A Medida Provisória 944 foi um fiasco. Essa nova para as médias empresas, a 975, vai ser outro fiasco. As empresas estão todas com dificuldade, todas querendo garantir os empregos”, prosseguiu. “É uma urgência para o Brasil fazer com que o dinheiro chegue nas médias, pequenas e micro empresas”, destacou Maia.

BARBÁRIE FASCISTA

O governador Flávio Dino apresentou várias sugestões de pontos em comum para serem assumidos pela frente. Destacou a defesa da democracia e acrescentou a questão federativa que, para ele, “está imbricada na questão democrática”. Ele concordou que as tendências autoritárias extrapolam o Brasil. “A humanidade hoje vai passar por uma encruzilhada entre definir se o pós-pandemia terá mais cara de pós-Primeira Guerra Mundial ou mais cara de pós-Segunda Guerra. O primeiro caso é mais barbárie, fascista, o segundo é um caminho mais civilizacional”, disse ele.

Num momento de descontração, Dino disse que algumas ponderações de Maia sobre suas propostas eram naturais. “Até porque, se ele concordar com tudo, terá que sair do DEM e se filiar ao PCdoB”, brincou. Maia respondeu dizendo que “na Câmara há uma aliança bem conhecida, que pode ser chamada de DEMdoB ou PCdoBdoD”. Todos riram muito.

Dino prosseguiu com descontração dizendo que se achava muito de esquerda, mas viu ali Jobim falar “em tese, antítese e síntese, que são conceitos hegelianos e marxistas, e FHC falar em livro vermelho”, citado pelo ex-presidente, ao se referir a um livro adotado pelo MDB em 1974. Mais risos.

Integra em www.horadopovo.com.br

PEDRO BIANCO E SÉRGIO CRUZ

Após acusar estados, Wizard desiste de secretaria na Saúde

Enquanto governo suspendia divulgação de dados, empresário bolsonarista disse que estados fantasiavam números de mortos pelo coronavírus. Segundo Conass, 37.149 brasileiros já morreram por conta da doença

O empresário Carlos Wizard informou na noite do último domingo (7), em nota, que não vai mais colaborar com o Ministério da Saúde na função de “conselheiro” do ministro interino, Eduardo Pazuello.

Carlos Wizard, seguindo as ordens do chefe Bolsonaro, acusou, sem nenhuma prova, gestores municipais e estaduais de inflacionar o número de mortos pela Covid-19 para receber mais recursos do governo federal.

Nas últimas semanas, Wizard, que ficou conhecido pela rede de escolas de inglês, vinha participando de reuniões na pasta sobre a pandemia do coronavírus. Ele foi convidado para assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Mas, segundo o texto, ele recusou.

“Você sabe, eu sei, a população do Brasil sabe que existem centenas, milhares de pessoas que nunca tiveram sintoma nenhum da Covid-19, por alguma razão vieram a óbito, e daí no certificado está escrito que morreu de Covid. O que defendemos é um critério mais apurado para identificar quem são as vítimas”, comentou ainda, mais uma vez sem trazer provas.

Wizard disse que “as pessoas estão morrendo por causas diversas”, e que a preocupação com o novo coronavírus é porque, antes da pandemia, não havia a possibilidade de registrar esta doença como causa da morte em certificados de óbito. “Temos que ser um pouco mais voltados para a solução do problema, e não ficar fantasiando esses números que aleatoriamente passam”, comentou.

As declarações de Wizard e a decisão do governo Bolsonaro de ocultar os dados da pandemia foram imediatamente condenadas pela população. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) repudiou a fala de Wizard. “Ao afirmar que secretários de Saúde falseiam dados sobre óbitos decorrentes da Covid-19 em busca de mais ‘orgamento’, o secretário, além de revelar sua profunda ignorância sobre o tema, insulta a memória de todas aquelas vítimas indefesas desta terrível pandemia e suas famílias”, aponta a entidade.

“Nós e a sociedade brasileira não os esqueceremos (os mortos) e tampouco a tragédia que se abate sobre a nação. Ofende secretários, médicos e todos os profissionais da saúde que têm se dedicado incansavelmente a salvar vidas. Wizard menospreza a inteligência de todos os brasileiros, que num momento de tanto sofrimento e dor, veem seus entes queridos mortos tratados como ‘mercadoria’. Sua declaração grosseira, falaciosa, desprovida de

qualquer senso ético, de humanidade e de respeito, merece nosso profundo desprezo, repúdio e asco. Não somos mercadores da morte”, concluiu o manifesto dos secretários.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, também se posicionou sobre as intenções do governo sobre os números da pandemia. Ele cobrou mais transparência do Ministério da Saúde nos dados divulgados sobre o coronavírus e avaliou que, caso contrário, seria mais fácil extinguir a pasta do governo federal.

“Tenho chamado a atenção para que, enquanto gastamos energia imensa com essa querela política, atingimos esse número trágico e mórbido. Quando se começa a fazer esse movimento político, a sonegar informação, a própria confiabilidade dos números passa a ser também colocada em cheque”, avaliou o ministro em entrevista para a CNN Brasil.

SEM DADOS

Além de reter os recursos para o combate à pandemia, onde o governo bloqueou cerca de R\$ 8,6 bilhões de fundos extintos que iriam para hospitais, Jair Bolsonaro impediu o acesso às informações sobre os números de infectados, internados e mortos pela Covid-19. Ele começou suspendendo as entrevistas coletivas diárias de integrantes do Ministério da Saúde, depois foi retardando a divulgação dos números. Perguntado sobre os motivos do atraso, ele respondeu: “acabou matéria do Jornal Nacional”.

Agora, o presidente passa do atraso para a manipulação direta dos números. Ele ordenou que o Ministério da Saúde reveja os números de mortos que são informados pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Segundo o portal UOL, Bolsonaro teria proibido a divulgação de números diários “acima de mil mortos”.

A Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (MPF) instaurou um procedimento extrajudicial para apurar os motivos que levaram o Ministério da Saúde a alterar o modelo de divulgação dos dados no Painel de Informações da Covid-19.

No despacho, a Câmara do MPF cita que a Constituição assegura “a todos o acesso à informação” e exemplifica com a Lei de Acesso à Informação, que prevê a transparência do poder público. A decisão determina que o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, deverá encaminhar informações e documentos ao órgão, entre eles a cópia do ato administrativo que determinou a retirada do número acumulado de mortes do painel.

Sarí Corte Real pode responder pelo homicídio doloso de Miguel, diz OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco (OAB-PE) considera a possibilidade da morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos, ser tratada como homicídio doloso, quando há intenção de matar.

Miguel, de 5 anos, caiu do 9º andar do prédio em que moravam os pais de sua mãe, Mirtes Renata, no bairro de São José, em Recife. Sarí Gaspar Corte Real, primeira dama de Tamandaré (PE) deixou o garoto sozinho no elevador e apertou o botão. Ele subiu ao nono andar e ao andar sozinho pelo prédio, caiu do parapeito.

Sarí Corte Real chegou a ser presa em flagrante por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. O delegado Ramon Teixeira entendeu no momento, que ela agiu com negligência, e a liberou após o pagamento de uma fiança de R\$ 20 mil.

Segundo o presidente da seção pernambucana da Ordem, Bruno Baptista, há três teses jurídicas que podem ser avaliadas nesse caso. Uma delas é o de homicídio doloso. No homicídio doloso, o autor tem a intenção de cometer o crime. Nesse caso, a pena é maior e a pessoa é levada ao tribunal do júri.

“Uma das linhas de investigação devem levar em conta o fato de a patroa da mãe da criança ter apertado o botão do elevador e deixado a criança sozinha e assumido o risco de algum problema mais grave acontecer”, comentou.

“O mais importante é não desprezar nenhuma linha de investigação. Todos os elementos de provas são fundamentais para que se faça justiça”, afirmou.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB-PE está acompanhando as investigações sobre a morte de Miguel.

IMPROBIDADE

O prefeito de Tamandaré (PE), Sérgio Hacker Corte Real, está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual de Pernambuco depois que o órgão soube, por meio da imprensa, que o nome de Mirtes Renata Santana de Souza, empregada doméstica da casa dele, consta no quadro de cargos comissionados da administração municipal.

Ele mora com sua família no condomínio Pier Maurício de Nassau, localizado no bairro São José, área central do Recife. Mesmo com Sérgio Hacker sendo prefeito em outro município. Mirtes afirmou que não sabia do cargo e que nunca foi à prefeitura de Tamandaré.

A empregada doméstica tem o nome na lista de cargos comissionados da prefeitura desde 1º de fevereiro de 2017. Teoricamente, ela exerce a função de gerente de divisão com lotação na manutenção das atividades de administração da prefeitura de Tamandaré. O salário para este cargo é de R\$ 1.093,62, segundo os dados do portal da transparência.



Declaração de empresário foi repudiada por secretários de saúde estaduais

“Nossa luta é pela vida”, defende o presidente da UMES-SP sobre campanha de doação de sangue

Com avanço da pandemia de coronavírus, nosso sistema de saúde enfrenta um grande desafio. Estados e municípios trabalham para garantir o atendimento e tratamento de milhares de pessoas e reduzir os impactos da Covid-19.

A aplicação das medidas de isolamento e de restrição de circulação fez com que muitas pessoas deixassem de realizar doações de sangue. Com isso, o nível dos bancos de sangue de todo o país encontra-se em estado crítico.

Ao mesmo tempo, dezenas de iniciativas surgiram para mudar esta situação. A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) lançou a campanha “Doe Sangue – Salve Vidas: Não deixe o coronavírus quebrar a corrente do bem”, que além de garantir o aumento das doações a partir da mobilização da entidade, busca também conscientizar a população que doar sangue é seguro.

“Temos que reforçar a nossa solidariedade. E a doação de sangue é um importante meio de demonstrarmos esse sentimento”, disse o presidente da UMES-SP, Lucas Chen. A campanha da UMES-SP é realizada em parceria com a Associação Beneficente de Coleta de Sangue (Colsan) e a Prefeitura de São Paulo.

“Os hemocentros, por conta da crise, aumentaram as medidas de segurança para garantir todas as condições aos doadores. Todo o processo de coleta é extremamente seguro, feito em local completamen-



Lucas Chen, presidente da entidade estudantil

te sem acesso a possíveis contaminados. Seguindo as orientações de segurança não tem risco nenhum, só ajuda quem precisa, afinal, sangue é vida”, destacou.

Em entrevista à Hora do Povo, o líder estudantil também falou sobre a atuação da entidade durante a pandemia, o respeito às determinações de isolamento e restrições de circulação.

O presidente da UMES-SP também considera que não é o momento de participar de manifestações ou provocar aglomerações que possam contribuir para a disseminação do vírus. “Como podemos chamar Bolsonaro de genocida quando incita manifestações e defende o fim do isolamento e achamos correto organizar protestos contra Bolsonaro?”, questionou Chen.

“Como podemos chamar Bolsonaro de genocida quando incita manifestações e defende o fim do isolamento e achamos correto organizar protestos contra Bolsonaro? Não é novidade

(apesar de Bolsonaro tentar esconder os números) que morrem mais de mil brasileiros por dia. Seremos nós os transmissores do vírus para nossos familiares, amigos, moradores próximos?”

Convocar este tipo de ato no meio da pandemia é um erro. É entrar no jogo que o nosso inimigo quer. Infelizmente algumas entidades, dentre elas a UNE, se somaram a este erro, ou foram boqueadas por setores atrasados dos movimentos sociais. O que precisamos agora é defender o povo brasileiro. Unir as forças democráticas contra a ameaça do fascismo.

Acho também que os atos contra Bolsonaro devem reunir milhões e não apenas alguns milhares e que deve ser a ação de todas as forças comprometidas com a Democracia.

Não tenho dúvida de que assim que vencermos a batalha contra o coronavírus seremos milhões de brasileiros unidos contra a outra ameaça.

CNBB repudia barganha de empresários por apoio de TVs católicas a Bolsonaro

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) repudiou os pedidos de verbas estatais feitos ao governo Jair Bolsonaro por uma ala da igreja católica, em troca de notícias favoráveis ao governo em canais de rádio e TV. Por meio de nota, a CNBB demonstrou indignação com a atitude de representantes desses canais, disse que não representam a instituição e que a igreja não atua em troca de favores.

A nota da entidade, que orienta a atuação da Igreja Católica no país, foi emitida após reportagem do jornal Estado de S. Paulo publicada neste sábado (6), sobre a reunião de Jair Bolsonaro com representantes de grupos católicos e parlamentares, onde foi oferecido o apoio dessas emissoras de TV ao governo em troca de veiculação de mais publicidade oficial.

“Recebemos com estranheza e indignação a notícia sobre a oferta de apoio ao governo por parte de emissoras de TV em troca de verbas e solução de problemas afetados à comunicação. A Igreja Católica não faz barganhas”, declarou a CNBB. “Não aprovamos iniciativas como essa, que dificultam a unidade necessária à Igreja, no cumprimento de sua missão evangelizadora, que é tornar o Reino de Deus presente no mundo”, diz a nota, ao citar o Papa Francisco.

A CNBB, juntamente com a SIGNIS Brasil e a Rede Católica

de Rádio (RCR), associações de caráter nacional que reúnem as TVs e rádios católicas do Brasil, informam que “não organizaram e não tiveram qualquer envolvimento com a reunião entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, representantes de algumas emissoras de TV de inspiração católica e alguns parlamentares”.

O padre Reginaldo Manzotti, da Associação Evangelizar é Preciso, com rádios e TV próprias, participou da reunião e pediu para o governo recursos para seus veículos e destacou o contraponto que os católicos podem fazer para frear o atual desgaste de Bolsonaro e do governo. “Nós somos uma potência, queremos estar nos lares e ajudar a construir esse Brasil. E, mais do que nunca, o senhor sabe o peso que isso tem, quando se tem uma mídia negativa. E nós queremos estar juntos”, disse Manzotti, dirigindo-se ao presidente da República.

O empresário João Monteiro de Barros Neto, da Rede Vida, afirmou que “Bolsonaro é uma grande esperança”. Declarou, ainda, que veículos católicos precisam ser “verdadeiramente prestigiados”. Ele ainda pediu mais entrevistas, como também a participação do presidente em eventos promovidos por católicos. “A Rede Vida é a quarta maior rede de TV digital do País, mas, para que possamos crescer, precisamos ter mais investimentos”, argumentou ele.

A CNBB declarou que emissoras intituladas “de inspiração católica” possuem naturezas diferentes, podendo ser geridas por associações e organizações religiosas, como também por grupo empresarial particular, seguindo seus próprios estatutos e princípios editoriais. “Contudo, nenhuma delas e nenhum de seus membros representa a Igreja Católica, nem fala em seu nome e nem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem feito todo o esforço, para que todas as emissoras assumam claramente as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”, informou a instituição maior da igreja católica no País.

Ainda segundo a CNBB “é urgente, que nestes tempos difíceis em que vivemos, agravados seriamente pela pandemia do novo coronavírus, que já retirou a vida de dezenas de milhares de pessoas e ainda tirará muito mais, que trabalheemos verdadeiramente em comunhão, sempre abertos ao diálogo”.

Emissoras de TV ligadas a grupos religiosos receberam, no ano passado, R\$ 4,6 milhões em pagamentos da Secom por veiculação de comerciais institucionais e de utilidade pública. Os veículos católicos ficaram com R\$ 2,1 milhões e os protestantes, com R\$ 2,2 milhões. Em 2020, emissoras de TV católicas receberam, até agora, R\$ 160 mil, enquanto as evangélicas, R\$ 179 mil, de acordo com planilhas da Secom.



PL recebeu nome em homenagem ao artista, morto pelo coronavírus

Senado aprova Lei Aldir Blanc por unanimidade

Projeto de Emergência Cultural destina R\$ 3 bilhões para o setor

Por unanimidade o Senado aprovou o projeto de lei ‘Aldir Blanc’ que destina R\$ 3 bilhões ao setor cultural durante a pandemia do coronavírus na noite desta quinta-feira (4). Por conta de um acordo com as lideranças do governo, a expectativa é favorável pela sanção presidencial.

O texto foi aprovado sem mudanças. Ele chegou a receber 29 emendas, mas todas foram retiradas pelos senadores para evitar que o texto tivesse que retornar à Câmara dos Deputados, de onde veio. O relator, senador Jaques Wagner (PT-BA), destacou que representantes do setor da cultura reivindicaram a aprovação rápida.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira passada (26), na forma de substitutivo da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). “Seis anos depois da aprovação da histórica Lei Cultura Viva e um mês depois da morte do genial Aldir Blanc, o Senado aprovou a Lei de Emergência Cultural”, comemorou a deputada Jandira Feghali.

Numa questão de ordem, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi o primeiro a retirar suas emendas. “Eu havia protocolado emendas ao projeto para o senador Jaques Wagner, só que, por mais que nós todos queiramos apresentar emendas para melhorar, para ajustar um termo ou outro, nesse momento, urgente é aprová-lo e enviá-lo para sanção. Então, sendo urgente, é necessário que esse projeto não retorne à Câmara dos Deputados”, defendeu.

“Vamos lutar agora para cobrar que o governo cumpra o acordo feito na Câmara e sancionar essa lei o mais rapidamente possível, para repassar os recursos e socorrer esse setor que, especialmente nessa quarentena, demonstrou-se essencial para produzir a felicidade e alegria da população brasileira”, afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE).

O relator Jaques Wagner, que acatou emendas de redação, agradeceu os senadores que retiraram as emendas que modificavam o projeto, isso para a matéria não voltar à Câmara. Ele disse que há uma ansiedade do setor pela aprovação imediata.

“As ações previstas neste projeto de lei têm caráter emergencial e requerem implementação imediata, sob pena de aprofundamento dos efeitos econômicos e sociais da crise sanitária sobre o setor de cultura, responsável por parcela do PIB e dos empregos no Brasil. No trimestre concluído em abril de 2020, o Brasil perdeu cerca de 5 milhões de ocupações, segundo a Pnad/IBGE. É crucial que o poder público aja com celeridade, evitando a piora da crise”, afirmou o relator.

Ele também explicou que os recursos serão repassados diretamente para os estados, municípios e Distrito Federal. Serão um R\$ 1,5 bilhão para estados e DF e R\$ 1,5 bilhão para os municípios. Lembrou que os que recebem auxílio emergencial pela Caixa não farão jus ao benefício.

Na emenda de redação, o relator acatou a inclusão dos mestres de capoeira como beneficiário. Explicou que recebeu informação de sua assessoria que a Casa Civil não gostou da iniciativa, mas afirmou que isso não vai trazer mais gastos. “A capoeira é patrimônio cultural”, defendeu.

“Hoje completa 30 dias da morte de Aldir Blanc, portanto, é uma homenagem, a esse grande compositor”, finalizou o relator, que ainda pediu sensibilidade ao presidente Bolsonaro para sancionar a matéria sem nenhum veto.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), assegurou que vai trabalhar pela sanção do texto.

Eduardo Gomes também celebrou a aprovação, observando que os artistas brasileiros estiveram entre os primeiros profissionais a reagir à pandemia, promovendo shows ao vivo transmitidos pela internet e realizando campanhas de arrecadação para o combate à Covid-19.

Estados do Nordeste vão ao STF contra o corte no Bolsa Família



Procuradores denunciam que corte atingiu exclusivamente região Nordeste



Governo anunciou redução do benefício pela metade por mais 2 meses

Parlamentares e entidades defendem que seja prorrogado o auxílio de R\$ 600

O governo anunciou na sexta-feira (5) que pretende prorrogar por dois meses o auxílio emergencial, só que cortado pela metade.

A equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, só admitiu estender o auxílio depois de muita pressão de diversos setores da sociedade, que também defendem que não haja diminuição no valor de R\$ 600 ou R\$ 1.200 para mães chefes de família.

A manutenção dos R\$ 600 tem sido defendida pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Segundo ele, "seria muito ruim no quarto ou quinto mês qualquer mudança no valor".

Rodrigo Maia também tem afirmado que existe consenso entre os deputados para manter a ajuda de R\$ 600 por mais três meses.

Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, a palavra é "nenhum Real a menos".

Segundo o sindicalista, "os sinais que já se apresentavam de empresas fechando,

contratos encerrados, as promessas do governo de socorro às pequenas e médias empresas que não estão sendo cumpridas", indicam "muito desemprego", e que "qualquer coisa menos do que R\$ 600 não vai resolver o problema dos trabalhadores".

Miguel Torres defende também que o auxílio seja estendido até dezembro e que essa seja uma campanha nacional das organizações sindicais.

Alheio à situação de total desamparo das milhões de famílias que não têm de onde tirar o sustento, a preocupação do governo é o impacto que a prorrogação do auxílio com a manutenção dos R\$ 600 vai causar aos cofres públicos.

Segundo a equipe econômica, a manutenção do socorro nos valores atuais "seria um número substancial". Para o presidente da Câmara, no entanto, existem formas de "buscar soluções dentro do orçamento fiscal normal para construir com o governo uma solução para manter R\$ 600 por mais 60 dias".

"Tem que ser um debate

aberto. Todos têm o mesmo objetivo, que é garantir a renda mínima para milhões de brasileiros que perderam, da noite para o dia, capacidade de sustentar as famílias", destacou.

Diversas entidades de movimentos sociais, comunitárias e institucionais também lançaram uma campanha pela prorrogação do benefício. Entre as entidades que assinam o documento estão a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e União Nacional dos Estudantes (UNE).

A carta aponta os diversos problemas enfrentados pela população para a obtenção do benefício. Segundo o manifesto, tratam-se de problemas "que demandam ação imediata dos órgãos responsáveis pela efetivação do auxílio, e que também precisam ser levados em consideração por parlamentares que debatem novos projetos de lei visando garantir a necessária prorrogação da política".



Alcione: presidente da Fundação Palmares precisa 'virar gente'

A cantora Alcione, em conversa com a sambista Teresa Cristina, durante uma live desta, fez um desabafo contra o atual presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), Sérgio Camargo, que tem atacado o movimento negro e Zumbi dos Palmares, símbolo da luta negra contra a escravidão.

"Eu vi uma matéria daquele 'Zé ninguém' da Fundação Palmares... Eu dou na cara dele, minha colega, para parar de ser um sem noção", disse a cantora.

"A gente vê tanto sofrimento. Você vê os negros americanos naquela batalha, por causa daquele senhor que morreu com aquele filho da mãe com o joelho nele. A gente vê as coisas que acontecem no Brasil, com bala perdida e tudo. Então a gente vê uma pessoa da nossa cor falando uma besteira daquelas, tenho vontade de arrancar da televisão e encher de porrada pra virar gente", completou Alcione.

Sérgio Camargo disse em reunião que o movimento negro é uma "escória maldita" e que seus membros são "vagabundos". Além disso, deprecia Zumbi dos Palmares e ameaça demitir servidores da Fundação Palmares que não se submetam a ele. Para Camargo, a importância do 13 de Maio é a Princesa Isabel e não a libertação dos escravos.

Teresa Cristina agradeceu a participação de Alcione em sua live e a homenageou pelas redes sociais.

"Ela chegou, se anunciou, falou, mandou recado, encantou, e tornou minha live um cantinho sagrado e abençoado. Que artista gigante é @alcioneamarrom. Gigante como o tamanho e o alcance de sua voz. O último show que eu assisti antes da pandemia, ainda tenho lembranças dele aqui no meu peito. Eu vim aqui agradecer a presença da nossa Marrom na minha live de ontem. Agradeço a ela e a Deus por viver na mesma época que ela, por ter a honra de ouvi-la chamar meu nome. Muito axé pra você, Senhora da Voz! Axé!!", disse Cristina.



Indígenas foram demitidos ilegalmente

Justiça anula demissões da JBS e determina reintegração imediata de indígenas em SC

A Justiça do Trabalho de Concórdia (SC) determinou, na quarta-feira (4) a reintegração imediata dos 40 trabalhadores indígenas que foram demitidos de um frigorífico da JBS em Seara (SC).

A decisão acatou pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT), que na segunda (1º) ingressou com uma ação civil pública contra a empresa, denunciando discriminação. Os indígenas estavam incluídos no grupo de risco, e deveriam ser afastados com a manutenção dos salários, conforme portaria da Secretaria de Estado da Saúde.

"A demissão em massa de todos os trabalhadores da Aldeia foi ação em absoluto descompasso com a realidade atual e viola não só os normativos específicos e excepcionais emanados das autoridades competentes como também, e principalmente, os direitos fundamentais da existência digna, do direito ao trabalho, da proteção social aos vulneráveis e outro sem número de princípios básicos que tratam um conteúdo civilizatório mínimo", afirma a decisão assinada pelo juiz titular do trabalho Adilton Jose Detoni.

A JBS alegou que não poderia manter os empregos por não poder manter o transporte seguro dos trabalhadores, cuja aldeia fica a 150 km da unidade, o que foi contestado pela defesa.

"Eles disseram que não tinham dinheiro para continuar bancando as linhas de ônibus, sendo que os funcionários pagam parte do transporte descontado em folha. Além disso, cinco dias depois das demissões eles anunciaram a doação de R\$ 21 milhões ao Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 700 milhões em nível global para combate à Covid-19. Não é uma empresa que tem problemas para manter três ônibus", defende a advogada Fernanda Kaingang.

O cacique Ronaldo Claudino, da terra indígena de Serrinha, denunciou que mesmo com a confirmação de dois casos entre os funcionários da comunidade indígena, a empresa manteve as demissões "por justa causa".

Recomendação conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Federal (MPF) a todos os frigoríficos do Oeste catarinense que empregam indígenas pede o afastamento remunerado imediato dos trabalhadores que vivem em aldeias na região.

MPT-SC

Reprodução

Valter Campanato/Agência Brasil

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Agentes comunitários de saúde denunciam falta de equipamentos de proteção em meio à epidemia

Em audiência virtual na Câmara dos Deputados, representantes dos agentes comunitários de saúde denunciaram a falta de condições de trabalho a que estão submetidos durante as ações de combate ao Covid-19.

A categoria reclama, entre outras coisas, da falta de equipamentos de proteção, de orientação sobre a doença, e falta de testes para os profissionais.

No país existem cerca 400 mil agentes comunitários pagos pelo governo federal para prestarem assistência básica de saúde junto às comunidades carentes, às periferias das grandes cidades, localidades mais vulneráveis e municípios de todo o Brasil.

Eles atuam na prevenção de doenças, orientações sobre higiene, alimentação e promoção da saúde, mas, para Ilda Corrêa, presidente da Confederação Nacional dos Agentes

Comunitários de Saúde e Endemias, estão "abandonados".

"Nós não tivemos orientação, inclusive, sobre a doença em si. Tudo que os agentes de saúde fizeram nos primeiros meses foi baseado no que viram na grande mídia e pelas redes sociais. Ninguém teve a preocupação de nos capacitar", disse.

Segundo ela, até agora pelo menos 45 agentes comunitários de saúde morreram de coronavírus. E defende a importância dos testes para a categoria "para saber se têm condições de sair às ruas". Ela também afirmou que a categoria reivindica adicional de insalubridade de 40%.

A deputada federal Jandira Feghali argumentou que "há dois meses, essa mesma comissão já indicava ao Ministério da Saúde os testes para as regiões de periferia e favelas" como importante ação de combate ao coronavi-

Governo tirou R\$83,9 milhões do programa para serem colocados em comunicação

Procuradores-gerais de oito estados do Nordeste entraram com ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a suspensão do corte de recursos do programa Bolsa Família para serem utilizados em publicidade do governo federal.

O Ministério Público (MP) também apresentou ao Tribunal de Contas da União (TCU) representação pedindo a suspensão do remanejamento da verba do programa para a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência (Secom).

A transferência foi determinada em portaria do Ministério da Cidadania, publicada no Diário Oficial do dia 2 de junho, e especifica o corte de R\$3,9 milhões do Bolsa Família exclusivamente da região Nordeste.

430 MIL FAMÍLIAS ESPERAM NA FILA

A justificativa do governo é a de que a maior parte das famílias inscritas Bolsa Família recebeu, em abril, o auxílio emergencial de R\$ 600. Todos os inscritos no Bolsa Família foram automaticamente incluídos no programa do auxílio, passando assim a receber os R\$ 600 por não poder acumular os dois benefícios. Segundo o governo, isso teria gerado uma "sobra" nos recursos do programa.

No entanto, governadores e parlamentares da região denunciam que ainda há uma fila de 430 mil famílias que esperam ser atendidas pelo programa Bolsa Família. "O Bolsa Família vem sendo reduzido sistematicamente, sobretudo nas regiões mais pobres como Norte e Nordeste, onde a fila de espera para recebimento do benefício chega a mais de 400 mil famílias", afirmou o deputado federal José Guimarães (PT-CE).

Em uma live, realizada na quinta-feira, 4, Bolsonaro admitiu que há fila de espera, mas disse que isso não é problema, pois essas pessoas estariam recebendo o auxílio emergencial. "Quando é que vocês vão aprender... Não vão aprender, vou cansar de falar aqui, a ter vergonha na cara? Fazer uma matéria decente? Vocês podem até falar 'tem tantos na fila, mas foram contemplados com auxílio emergencial de R\$ 600'".

Para o procurador de Contas do TCU, Lucas Rocha Furtado, o argumento é questionável devido às inúmeras dificuldades encontradas por milhões de brasileiros que não conseguiram obter o benefício. Com isso, sem o Bolsa Família e sem o auxílio, milhares de famílias estão sem qualquer assistência.

CORTES

Na ação, os procuradores-gerais do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Maranhão, Ceará, Paraíba e Piauí pedem que o governo justifique a concentração dos cortes no programa especificamente na região Nordeste e recomponha o valor transferido para a Secom. Segundo cálculos dos governos, o valor de R\$ 83,9 milhões poderia atender a cerca de 70 mil famílias carentes.

De acordo com liminar do ministro do STF Marco

Aurélio Mello, de 23 de março, todos os cortes do programa estão suspensos enquanto durar a pandemia do coronavírus. Em sua decisão, o ministro também determinou que a União disponibilize dados que justifiquem a concentração de cortes de benefícios na região Nordeste, exigindo "tratamento isonômico em relação aos beneficiários dos demais entes federados".

"Esses dados nunca foram apresentados pelo governo federal e agora nos deparamos com essa transferência de recursos do programa para a publicidade. Pedimos que o STF determine que a União faça a recomposição dos R\$ 83,9 milhões do Bolsa Família e disponibilize os dados que justifiquem a concentração de cortes no programa no Nordeste, além de explicar por que os cortes continuam ocorrendo a despeito da liminar do ministro Marco Aurélio Mello", afirma o procurador-geral do Estado de Pernambuco, Ernani Medeiros.

"É inadmissível o desrespeito à ordem do ministro Marco Aurélio, para que fosse explicada pelo Governo Federal a odiosa concentração no Nordeste dos cortes dos benefícios do Bolsa Família. A decisão do ministro do STF também determinou que a população nordestina tivesse tratamento isonômico em relação aos beneficiários das demais regiões. Não fosse a flagrante iniquidade da postura do Governo Federal, assombra o conteúdo da recente Portaria do Ministério da Fazenda que anula a dotação de quase R\$ 84 milhões do Bolsa Família, transferindo, abrindo crédito para o Governo Federal gastar em comunicação institucional", afirmou o procurador-geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno Carvalho.

Para o procurador do TCU, existem ainda "outros atos e fatos que mostram a política discriminatória do atual governo em relação ao Nordeste brasileiro", que estão sendo apurados no TCU. Furtado vê "aparente voluntarismo em penalizar apenas a Região Nordeste", e afirma que, se confirmado, isto seria "flagrante desvio de finalidade pública".

"Parece nítido o atentado ao princípio da moralidade quando se remaneja recursos destinados à segurança alimentar de famílias nordestinas em extrema pobreza para a realização de publicidade institucional da República", diz o procurador.

O corte de recursos de um programa social que atende as pessoas mais vulneráveis, no momento da pandemia do coronavírus, em que milhões de famílias perderam renda e muitas não têm nem o mínimo para sobreviver, é completamente descabida e injustificável.

Ainda mais se esta transferência for para um órgão que, como a Secom, está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Fake News, do Congresso Nacional, que identificou uso político da secretaria, que alocou mais de dois milhões de anúncios do governo federal em sites de notícias falsas, investimentos ilegais e pornografia.

Papa solidário à família de Floyd: “Racismo é intolerável”



Para bispos foi 'obscenidade' com livro sagrado

Religiosos repudiam a encenação de Trump com a Bíblia após reprimir ato

O reverendo William Barber, que é também integrante do conselho da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NCAAP principal entidade antirracismo do país), chamou de “obsceno” o uso que Trump fez da Bíblia, dizendo que este deveria, ao invés de encenar com o livro sagrado, “tentar ler o que está escrito nele”.

“Acho desconcertante e reprovável que um lugar católico possa ser usado e manipulado de maneira a violar os princípios religiosos mais básicos”, disse o arcebispo de Washington, Wilton Gregory, ao repudiar a atitude do presidente Donald Trump de posar com uma Bíblia em frente à igreja de Saint John, perto da Casa Branca, minutos após ordenar a repressão a um protesto.

O protesto que se realizava entre a Casa Branca e a igreja St. John era mais um entre as centenas que têm acontecido de norte a sul e de costa a costa dos Estados Unidos há nove dias em repúdio ao racismo que levou à violenta morte do cidadão negro George Floyd, cujo assassinato por policiais brancos que o asfixiaram sacode o país.

A encenação com a Bíblia diante da igreja, na segunda-feira, dia 1º de junho, provocou a rejeição de destacados líderes religiosos norte-americanos.

O presidente usou “o poder simbólico do nosso texto sagrado, segurando-o na mão como se fosse uma reivindicação de suas posições e sua autoridade”, assinalou na rádio NPR, Mariann Budde, episcopisa da diocese de Washington, à qual pertence a igreja que Trump visitou. “Foi traumático e profundamente ofensivo no sentido de que algo sagrado foi mal utilizado para um gesto político”, acrescentou.

“Naquele momento, o protesto era totalmente pacífico”, disse Budde. “Não havia justificativa para repressão”, acrescentou, afirmando que “precisamos de liderança moral, e ele faz de tudo para nos dividir”.

A Igreja de Saint John é um templo episcopal protestante que localizado perto da Casa Branca e vidraças estilhaçadas no domingo à noite ao final dos protestos daquele dia. Trump caminhou por alguns metros entre a sede do governo e o templo, onde posou para fotos erguendo um exemplar da Bíblia. Os manifestantes que protestavam pacificamente foram dispersados com bombas de gás lacrimogêneo e cavalaria para que Trump se exibisse cercado de dezenas de seguranças. Mas, o protesto e a repressão foram transmitidos ao vivo em muitas emissoras, deixando exposta a desnecessária agressão.

O presidente da comunidade episcopal, o bispo Michael Curry, repudiou o ato de Trump, apontando que “é um tempo de profunda dor em nosso país, e sua ação não fez nada para nos ajudar ou para nos curar”. “Pelo bem de todos nós, precisamos de líderes para nos ajudar a ser ‘uma nação, sob Deus, com liberdade e justiça para todos’”, destacou.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Francisco: “Rezamos pelo conforto das famílias enlutadas e pela paz com justiça”

Londrinos repudiam assassinato de Floyd em ato diante da embaixada dos EUA

Milhares de londrinos marcharam, no domingo, dia 7, pelo segundo dia consecutivo para exigir o fim do racismo e homenagear George Floyd morto por asfixia pela polícia de Minneapolis.

“Temos tido lutas continuadas e pouca coisa mudou. Precisamos de justiça”, disse Anis, uma das manifestantes que informou ao jornal The Independent de suas “más experiências com a polícia”.

O jovem Ben, de 26 anos, outro manifestante mostrava sua esperança com um cartaz dizendo: “A mudança está a caminho”.

Ele declarou: “Fomos tratados de forma errada por tanto tempo. É impressionante ver todo mundo se unindo e se levantando finalmente”.



Cartazes afirmam “Vidas de Negros Importam”

A marcha deste domingo terminou em uma concentração diante da embaixada dos Estados Unidos. Se faziam presentes cartazes como o tradicional “Black Lives Matter” (Vidas de Negros Importam) e “Quantos não foram filmados” – este em uma referência ao fato de que o assassinato de George Floyd por asfixia foi inteiramente filmado e logo amplamente divulgado.

Depois da concentração diante da embaixada norte-americana, os manifestantes seguiram em direção à frente do Parlamento inglês.

A grande maioria dos manifestantes usava máscara e muitos justificavam sua presença no ato com cartazes afirmando: “Silêncio é traição”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Manifestação contra a anexação de território palestino reúne árabes e judeus em Tel Aviv

Um ato conjunto de judeus e árabes contra os planos israelenses de anexar a região do Vale do Jordão tomou conta da Praça Rabin no sábado, dia 6, em Tel Aviv.

Os organizadores da manifestação que reuniu milhares de participantes se comprometeram, para obterem a liberação por parte da polícia e da prefeitura, com que os manifestantes usariam máscaras e guardariam uma distância mínima de 1,5 metro para evitar contágio por coronavírus. Os organizadores destacaram 50 supervisores para garantir o cumprimento das determinações acordadas.

Entre os cartazes trazidos pelos manifestantes a praça cujo nome é homenagem a Itzhak Rabin, ali assassinado ao final de comício pela paz que reuniu 500 mil israelenses havia os escritos em hebraico, árabe e inglês condenando a transformação da sociedade israelense em um regime de apartheid.

ANEXAÇÃO E APARTHEID

Ayman Odeh, presidente da Lista Conjunta de maioria árabe, alertou a multidão reunida na praça de que “estamos em uma encruzilhada. Um caminho leva a uma sociedade compartilhada com uma verdadeira democracia civil e de igualdade nacional para os cidadãos árabes (mais de 20% da população de Israel nas fronteiras internacionalmente reconhecidas de 1967, antes da ocupação posterior à Guerra dos Seis Dias). A segunda rota leva ao ódio, violência, anexação

e apartheid”.

“Estamos na Praça Rabin para tomar o primeiro caminho”, acrescentou Odeh.

“Não existe democracia só para judeus, não existe tal coisa”, finalizou o líder árabe israelense. “Assim como Martin Luther King e seus apoiadores nos Estados Unidos devemos tomar conhecimento de que sem justiça não pode haver paz. E não há justiça sem o fim da ocupação”.

CRIME DE GUERRA

O presidente do partido Meretz, Nitzan Horowitz, disse aos manifestantes: “Anexação é um crime de guerra. Um crime contra a paz, um crime contra a democracia, um crime que vai nos custar sangue”.

O líder do Meretz criticou aqueles que deixaram a aliança opositora (Kahol Lavan, Azul e Branco e Avodah, Trabalhistas) para se juntarem ao governo de Netanyahu, após a coalizão opositora ter saído vitoriosa e fechado acordo favorecendo a anexação: “Vocês se assumiram como parceiros definidos, estão apoiando e autorizando esta tragédia”.

Entre outros oradores registramos Muhammad Barakeh, presidente do Alto Comitê Árabe de Monitoramento; deputados Tamar Zandberg, Meetz, Ofer Cassif, do comunista Hadash e a jornalista e atualmente deputada trabalhista, Merav Michaeli.

O diretor da organização que reúne militares da reserva, “Quebrando o Silêncio”, Avner Gvoryahu, referiu-se ao plano apresentado por

Washington (que dá apoio à anexação de território palestino): “Trump não está mandando seus filhos para guardarem os postos de controle entre os palestinos. Os filhos dos norte-americanos que apoiam a anexação não vão ser mortos ou matar nos territórios, mas isso pode acontecer com os nossos”.

O senador por Vermont, Bernie Sanders (candidato judeu que ficou em segundo lugar na disputa pela indicação do Partido Democrata à Casa Branca) falou aos presentes via telão. Ele se disse emocionado de ver árabes e judeus juntos em um ato no centro de Tel Aviv e declarou: “Nestes dias difíceis, nunca foi tão importante que as pessoas se levantem por justiça e para lutar pelo futuro que todos merecem. Depende de todos nós o levante contra líderes autoritários e pela construção de um futuro de paz para todo palestino e todo israelense. Nas palavras de meu amigo Ayman Odeh: O único futuro é um futuro compartilhado”.

OCUPAÇÃO É TERROR

Durante a concentração, manifestantes entoaram palavras de ordem como: “Basta de ocupação”, “Ocupação é terror” e “Eyad, Eyad, de novo Eyad” (esta última em referência ao palestino Eyad Hallaq, autista morto a tiros a queima-roupa por um soldado israelense na Jerusalém Oriental anexada apesar da maioria Árabe e contra a legislação internacional) e os posicionamentos da ONU.

O papa Francisco informou que acompanha com “grande preocupação o que está acontecendo nos Estados Unidos após a trágica morte de George Floyd”. Destaca que se deve “defender o caráter sagrado de toda vida humana”

O papa Francisco afirmou nesta quarta-feira (03) julgar “intolerável” qualquer forma de racismo, e disse acompanhar “com grande preocupação os dolorosos distúrbios sociais que estão acontecendo nos Estados Unidos após a trágica morte do senhor George Floyd”.

“Não podemos tolerar nem fechar os olhos diante de nenhuma forma de racismo ou de exclusão e devemos defender o caráter sagrado de toda vida humana”, destacou o sumo pontífice em sua audiência.

Em mensagem específica aos fiéis norte-americanos, o papa alertou que “a violência das últimas noites é autodestrutiva. Nada se ganha com a violência e muito se perde”. Francisco disse estar rezando ao lado da Igreja dos Estados Unidos e de seus fiéis “pelo descanso da alma de George Floyd e de todos os demais que perderam suas vidas pelo pecado do racismo”. “Rezamos pelo conforto das famílias e amigos enlutados e rezamos pela reconciliação nacional

e a paz que ansiamos”, acrescentou.

Conforme as agências de notícias, milhares de pessoas foram presas em 14 dias de protestos contra o racismo em mais de 300 cidades dos Estados Unidos.

Durante as mobilizações foram entoadas palavras de ordem e erguidos cartazes como “Vidas negras importam”, “Qual é o seu nome: George Floyd”, além das emocionantes homenagens a George Floyd, negro de 46 anos, morto por asfixia quando já havia sido imobilizado por três policiais, em seu funeral.

O caráter predominantemente pacífico das manifestações fez com que a agressividade de Trump propondo jogar as forças armadas contra os manifestantes nas maiores cidades dos Estados Unidos fosse rechaçada por prefeitos, governadores e chefes militares fazendo com que as tropas levadas a Washington retornassem aos quartéis.

A barbárie dos policiais que mataram Floyd fez com que manifestações solidárias e contra o racismo tomassem as ruas das principais cidades do mundo.



Vacina contra poliomielite, bem público universal

Vacina universal contra a Covid-19 é sabotada por EUA

Após retirar centenas de milhões de dólares da Organização Mundial da Saúde (OMS) e anunciar a ruptura dos Estados Unidos da entidade, o governo Trump decidiu não participar da campanha de arrecadação de recursos para uma vacina global contra a Covid-19.

Convidado para participar ao lado de mais de 50 chefes de Estado e de governo da Cúpula Global de Vacinas, nesta quinta-feira, e buscar alcançar US\$ 7,4 bilhões a fim de imunizar 300 milhões de crianças em todo o mundo até 2025, Trump desejou boa sorte. A resposta veio de bate-pronto dos jardins da Casa Branca.

Anfitrião da cúpula, o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, defendeu que as vacinas estejam acessíveis a todos, em especial em países mais pobres, e que “nossa missão hoje é lutarmos juntos contra doenças”.

Na avaliação do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, “o coronavírus mostra que não há fronteiras no mundo” e que todas as vacinas são importantes e precisam estar acessíveis à humanidade. Assim como, ressaltou, a imunização da Covid-19 também será um “bem mundial”.

Para Erna Solberg, primeira-ministra da Noruega – país que registra somente 238 óbitos por coronavírus até agora – salientou que a vacinação contra todas as doenças é uma questão de saúde mundial e para isso é preciso garantir que “ninguém será deixado para trás”.

Assim como vários ou-

tros países, que até doaram montantes mais elevados, o primeiro-ministro da China, Li Keqiang, aproveitou o momento para anunciar a doação de US\$ 20 milhões até 2025 para a entidade. A Coreia do Sul também confirmou que enviará US\$ 30 milhões para a Gavi.

Em sua participação, a chanceler alemã, Angela Merkel, alertou para o grave risco de doenças dadas como controladas voltarem. “Temos que ter vacinação em massa no mundo todo”, enfatizou.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, destacou que vacina era sinônimo de “afastamento do medo”, sinalizou uma importante doação e disse que “em tempos extraordinários, precisamos de ações extraordinárias”.

Sem a colaboração dos EUA, todos os demais recursos arrecadados no evento serão destinados à Gavi, a Aliança da Vacina, uma organização internacional criada em 2.000 para melhorar o acesso à vacinação nos países mais necessitados. O dinheiro é considerado essencial não apenas para proteger as crianças de doenças mortais como poliomielite, difteria e sarampo, com a projeção de que cerca de oito milhões de vidas sejam salvas, como também para ajudar a garantir a recuperação global da pandemia de coronavírus.

Por conta da Covid-19, a OMS constatou que a imunização para proteger milhões de crianças de outras enfermidades reduziu drasticamente em países com menos recursos.

Mortandade por Covid na Suécia faz epidemiologista defender mudança de rumo

Depois que a Suécia contabilizou mais de 4.500 mortes por Covid-19, o epidemiologista responsável pela estratégia de combate à pandemia no país, Anders Tegnell, se autocriticou e disse que, caso encontrasse a mesma doença novamente, mudaria em relação ao “aconselhamento” do distanciamento social adotado.

No momento em que admitiu outro encaminhamento, a situação era bem mais estável de países vizinhos que impuseram firmes bloqueios, como a Dinamarca, com 580 óbitos; Finlândia, com 321; e Noruega, com 237.

Agora, frente à taxa de mortalidade muito superior exibida, os suecos estão proibidos de cruzar as fronteiras do país.

Em abril o epidemiologista que elaborou a estratégia sueca avaliou que o alto número de mortes era resultado, principalmente, do fato das casas de acolhimento de idosos terem sido incapazes de conter a doença.

Passados 2 meses, diante do resultado catastrófico, a opinião de Tegnell é outra. Perguntado se achava que muitas pessoas morreriam em pouco tempo no país, enfatizou: “Sim, com certeza”.

“Se encontrássemos a mesma doença de novo, sabendo o que sabemos sobre ela hoje, acho que ficaríamos satisfeitos em adotar um meio termo entre o que fez a Suécia e o que fez o resto do mundo”, declarou Anders Tegnell.

Na sua avaliação, tentar direcionar a estratégia contra o Covid-19 é como dirigir um navio transatlântico, já que cada meditação leva três a quatro semanas para ser concluída. No entanto,

ressaltou, “sabemos pela história dos últimos três a quatro meses que esta doença tem uma capacidade muito alta para começar a se espalhar novamente”.

De acordo com levantamento da Universidade Johns Hopkins, em 3 de junho, a Suécia registrava 4.542 mortes e 40.803 casos de coronavírus numa população de dez milhões.

Renomada epidemiologista e ex-conselheira do governo sueco, Annika Linde criticou a resposta à pandemia, defendendo que ela deveria ter se concentrado em três eixos: quarentena precoce, maior proteção dos lares de idosos e maior quantidade de testes intensivos além de monitoramento em áreas de surtos.

A Suécia chegou a ser citada como “modelo” a ser seguido por Bolsonaro, por não impor isolamento duro contra a pandemia e manter funcionando boa parte do comércio. Em meados de maio, quando foi elogiado o “exemplo” exibido proporcionalmente à população 4 vezes o número de mortos do Brasil.

As viagens não são essenciais ainda não são recomendadas pelo país, de acordo com diretrizes nacionais, mas viagens de até duas horas para visitar familiares ou amigos próximos são permitidas, desde que não envolvam visitas a comércios locais e encontros com outros residentes.

Para Annika Linde, epidemiologista e ex-conselheira do governo sueco, criticou a resposta à pandemia, defendendo que ela deveria ter se concentrado em três eixos: quarentena precoce, maior proteção dos lares de idosos e maior quantidade de testes intensivos e monitoramento em áreas de surtos.

Pentágono rejeita ameaça de Trump de usar exército contra protestos



Ex-chefe do Estado Maior, gen. Dempsey

Em manifesto, 89 oficiais da reserva denunciam que Trump 'traiu o juramento à Constituição'

Em manifesto publicado na sexta-feira (5), 89 comandantes da reserva das forças armadas norte-americanas denunciaram que “Trump traiu seu juramento à constituição” ao ameaçar chamar tropas militares para conter manifestações.

No manifesto publicado como editorial do jornal Washington Post, os generais consideram que este mau uso dos militares mina os direitos democráticos dos norte-americanos ao protesto, como está acontecendo agora por todo o país depois do brutal assassinato de George Floyd.

Segundo o portal Military.com, a decisão de redigir o manifesto foi tomada depois do lançamento de bombas de gás lacrimogênio e cargas de cavalaria para dispersar manifestantes próximos à Casa Branca, no intuito de liberar passagem de Trump rumo à igreja St. John onde Trump encenou com uma Bíblia e proclamou seu novo lema de governo: “Lei e Ordem”.

Na ocasião, Trump ameaçou invocar a Lei de Insurreição de 1807 que prevê o deslocamento de tropas para contenção de sublevação.

No texto, os militares denunciam a traição ao juramento em defesa da Constituição no momento em que assumiu a Presidência, por “ameaçar os direitos de seus compatriotas norte-americanos”.

Os chefes militares exigem que o presidente se desfaça de qualquer plano de mandar forças militares de ativa para as cidades e as evite usar de qualquer forma que ameace os direitos constitucionais dos norte-americanos.

Entre os que assinam o documento, estão os ex-chefes do Pentágono, Leon Panetta, Chuck Hagel, Ash Carter e William Cohen; ex-diretor nacional de Inteligência, James Clapper; ex-diretor da CIA, Michael Hayden, e ex-chefes da Marinha, Sean O’Keefe, Ray Mabus e Richard Danzig.

O ex-chefe do Pentágono sob o próprio Trump, general James Mattis, abriu o rol de chefes militares norte-americanos destacados que condenaram o uso de tropas federais contra manifestantes.

O Partido Democrata divulgou outro documento firmado por 55 oficiais no qual exigem que Trump pare de “manchar a instituição militar”.

Chefe da Força Aérea dos EUA: “Assassinato de Floyd ultraja a todos os norte-americanos”

O general David Goldfein, chefe do Estado Maior da Força Aérea dos Estados Unidos declarou que “todo Americano deveria se sentir ultrajado pelo assassinato de George Floyd pela polícia”.

“É uma tragédia nacional”, acrescentou o general, em um memorando que distribuiu aos comandantes em todos os níveis da Força Aérea e no qual prosseguiu: “Todos queremos que o racismo não pudesse acontecer na América. Mas acontece e estamos em um momento em que isso precisa ser confrontado”.

“O que acontece nas ruas deste país também está presente em nossa Força Aérea. Algumas vezes está explícito, outras vem como subterfúgio, mas não estamos imunes ao espectro de preconceito racial, discriminação sistêmica e parcialidade inconsciente. Nós não vamos nos esconder disso; vamos fazer a nossa parte e confrontar isso cara a cara”.

“Vamos começar a conversa pelo reconhecimento de que temos valiosos aeronautas que vivem e trabalham por Uma Nação, Um Deus, indivisível, mas onde ainda há

falta de liberdade e justiça para todos”, declarou ainda o general, que finalizou: “Vamos conversar sobre racismo, e sobre a Força Aérea, reconhecendo as mudanças que precisamos alcançar”, declarou, anunciando, no memorando, que organizará um debate sobre a questão do racismo na Força Aérea nos próximos dias.

O general acrescentou ao memorando um vídeo no qual conversa com um sargento da Força Aérea, Kaleigh Wright, que é negro. No vídeo, Goldfein diz que “ficou chocado e triste com os eventos dos últimos dias” e acrescenta que disse a sua mulher depois de assistir a uma cobertura sobre as manifestações: “Nós provavelmente ainda não entendemos completamente isso”. Ao final do vídeo o general afirma que “a atual crise criou uma grande oportunidade para se discutir as questões de raça entre os militares”.

“Temos que parar de passar o largo do problema”, diz ainda no vídeo distribuído, “estas conversações são difíceis, são duras, mas necessárias”.



Para fazer encenação frente à igreja St. John, Trump encheu a praça de policiais

Gianna, filha caçula de George Floyd: “Papai mudou o mundo”

Dois dos filhos de George Floyd, o cidadão negro cuja morte brutal durante uma abordagem policial na semana passada deu origem aos maiores protestos contra o racismo nos EUA em cinco décadas, estiveram na quarta-feira (3) na rua em Minneapolis onde aconteceu o assassinato. “Papai mudou o mundo”, disse a caçula, Gianna.

“Queremos que a justiça seja feita”, disse o filho mais velho, Quincy Mason Floyd, 27, que estava acompanhado pelo advogado da família, Ben Crump.

“Ninguém deveria crescer sem ter seus pais por perto. Estamos muito emocionados e queremos agradecer o apoio de todos”, acrescentou.

Gianna Floyd, a filha caçula, de apenas 6 anos, também foi ao local, nos ombros do ex-jogador da NBA Stephen Jackson, amigo de infância de George Floyd.

Mais cedo, em entrevista



Gianna Floyd com Stephen Jackson, ex-jogador da NBA e amigo de infância de George Floyd

para a rede ABC, a menina disse que “sente saudades” do pai e contou que os dois passavam o dia brincando.

No ato, Quincy e outros membros da família pediram que o policial assassino, Derek Chauvin, fosse indiciado por homicídio doloso, quando há a in-

tenção de matar. E também o indiciamento, por cumplicidade, dos três outros policiais que participaram da agressão a Floyd. No final do dia, veio a notícia de que a procuradoria-geral do estado de Minnesota havia atendido a reivindicação dos familiares.

Multidão participa da inauguração da rua Vidas de Negros Importam, em Washington

Cantando “Diga o Nome Dele, George Floyd” e “Sem Justiça, Sem Paz”, a multidão que ocorreu a Washington no sábado (6) participou da inauguração e aproveitou, ainda, para ir até o Memorial de Lincoln, o histórico local das grandes manifestações contra a segregação racial e contra a Guerra do Vietnã na década de 1960, e dar uma passada junto ao Capitólio.

A ideia foi da prefeita Muriel Bowser, que deu melhor proveito ao trecho da 16 Street que passa em frente da Casa Branca. A prefeita vem exigindo que Trump retire as tropas federais, já que está tudo na calma e inclusive já foi levantado, sem problemas, o toque de recolher e o estado de emergência.

Bowser ainda mandou pintar no asfalto, com letras garrafais, em amarelo, o nome da nova rua, e instalou uma placa com o nome, enquanto a Casa Branca cada vez parece mais uma fortaleza sitiada e Trump andou alargando o perímetro cercado.

No 12º dia do levante nos EUA de costa a costa contra o linchamento de Floyd e demais negros desarmados por policiais racistas que ficam impunes, ocorreu também o segundo aniversário em homenagem a ele, na Carolina do Norte, em Raeford, onde nasceu. Uma multidão, com o punho erguido, aplaudiu a chegada do caixão dourado de Floyd, e milhares fizeram fila para se despedir dele, protegidas por guarda-chuva em um dia de sol abrasador no sul do país.

Protestos e homenagens também em 600 cidades

dos 50 estados segundo o Washington Post, as principais em Nova Iorque, Los Angeles, Filadélfia, Miami, Chicago, Seattle e Atlanta e com a mobilização já empolgando as pequenas cidades do interior.

Cinco dias depois de Trump apostar na cartada de jogar tropas militares contra os manifestantes, com seu ultimato aos governadores, ataque a uma manifestação pacífica no Parque Lafayette e ida à igreja St Paul para a ‘foto com a Bíblia’, o tiro saiu pela culatra, com quatro ex-secretários da Defesa e quase 90 ex-altos mandos repudiando a repressão, e o general James Mattis acusando-o de dividir os americanos, o que identificou com um objetivo nazista.

Até mesmo o secretário da Defesa de Trump, Mark Esper, se pronunciou contra lançar tropas militares sobre manifestantes, e o chefe de Estado-Maior, general Mark Milley, em carta reiterou que as forças armadas estavam com a “constituição” e os “valores americanos”.

O mais impressionante de tudo é L como apontou o reverendo Al Sharpton no adeus a Floyd em Minneapolis – que em vários locais há mais jovens brancos reivindicando que ‘vidas de negros importam’ do que os próprios negros. Não é mais uma consigna de negros oprimidos, mas de todas as pessoas de bom senso. Segundo as pesquisas, 70% são a favor das ma-

O secretário da Defesa Mark Esper declarou-se contra a colocação de forças militares para acabar com as manifestações que tomaram as ruas em repúdio ao assassinato de George Floyd pela polícia

“Eu não apoio o uso da Lei de Insurreição”, afirmou o secretário de Defesa, Mark Esper, ao rejeitar a ameaça de Trump de invocar uma lei de 1807 para usar o exército norte-americano para reprimir as manifestações que tomam conta dos Estados Unidos há 10 dias. Protestos que se estendem por centenas de cidades norte-americanas desde o assassinato por asfixia de George Floyd por policiais de Minneapolis.

“A opção de usar forças ativas em uma função de aplicação da lei somente deveria ser levada em conta como último recurso e apenas nas situações mais urgentes e terríveis”, declarou o chefe do Pentágono distanciando-se da ameaça e do slogan que Trump usou para se promover em meio à comocção que atravessa o país: “Lei e Ordem”.

A rejeição se estendeu por diversos comandantes militares. O antecessor de Esper no Pentágono, James Mattis, acusou Trump de “não tentar unir o povo americano. Ele nem sequer finge tentar. Em vez disso, tenta nos dividir. Estamos testemunhando as consequências de três anos desse esforço deliberado, (...) de três anos sem uma liderança madura”, declarou o ex-secretário de Defesa, que se demitiu em 2019.

Mattis foi incisivo na condenação aos gestos de Trump, depois de chamar de “saúdavel e unificadora” a exigência dos protestos de “Justiça Igual sob a Lei”.

“Não devemos nos distrair com um pequeno número de infratores. Os protestos são definidos por dezenas de milhares de pessoas de consciência que insistem que vivamos de acordo com nossos valores, nossos valores como pessoas e nossos valores como nação”, assinalou.

Após relembrar seu juramento há 50 anos de apoiar e defender a Constituição, que fizera ao entrar para o exército, o general Mattis disse jamais ter imaginado que “tropas que fizeram esse mesmo juramento seriam ordenadas sob qualquer circunstância a violar os direitos constitucionais de seus concidadãos — muito menos para fornecer uma foto bizarra para o comandante-em-chefe eleito, com a liderança militar ao lado”.

O ex-secretário de Defesa chamou a rejeitar “qualquer pensamento de nossas cidades como um ‘espaço de batalha’ que nossos militares uniformizados são chamados a ‘dominar’. Em casa, devemos usar nossos militares apenas quando solicitados, em raras ocasiões, pelos go-

vernadores estaduais”.

Ele condenou a repressão a uma manifestação pacífica ao lado da Casa Branca para abrir caminho a uma ida de Trump à igreja St. John, que fica ao lado da sede do governo em Washington: “Militarizar nossa resposta como testemunhamos em Washington, D.C., cria um conflito — um falso conflito — entre a sociedade militar e civil” e corrói “o terreno moral que garante um vínculo confiável entre homens e mulheres de uniforme e a sociedade que eles juraram proteger, e do qual eles próprios fazem parte”.

O caminho, reitera Mattis, é “convocar essa unidade para superar essa crise”, acrescentando que Trump “é o primeiro presidente da minha vida que não tenta unir o povo americano — nem sequer finge tentar. Em vez disso, ele tenta nos dividir”, enfatizou.

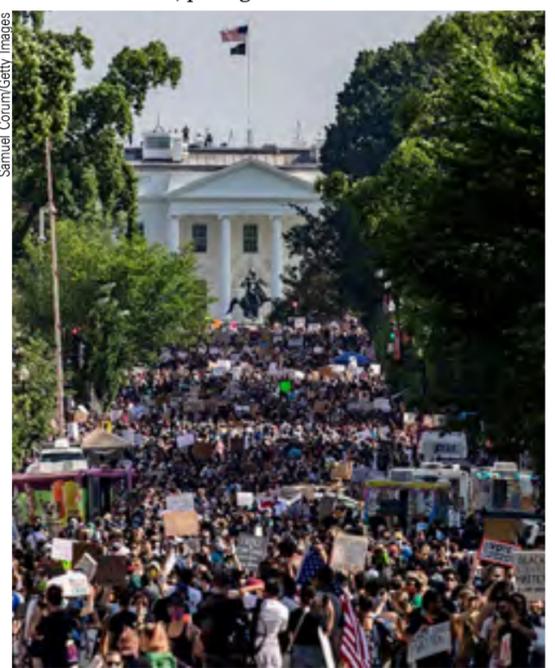
O ex-secretário de Defesa do próprio Trump concluiu dizendo que o que se está testemunhando nos EUA agora são “as consequências de três anos sem liderança madura”. Para Mattis, “podemos nos unir sem ele, baseando-nos nas forças inerentes à nossa sociedade civil”. O que, apontou, “não será fácil, como os últimos três anos nos mostraram, mas devemos isso aos nossos concidadãos; às gerações passadas que sangraram para defender nossa promessa; e aos nossos filhos”.

GENERAL MULLEN

Em outra manifestação clara contra a desastrada postura de Trump, o general da reserva Michael Mullen, que chefiou o Estado Maior das Forças Armadas norte-americanas, denunciou a caminhada até a igreja, depois de forçar a passagem com bombas de gás e cavalaria, sobre manifestantes pacíficos em uma praça pública, declarou:

“Fiquei doente de ver pessoal de segurança — incluindo membros da Guarda Nacional — forçando e violentando para abrir passagem através da Lafayette Square para acomodar a visita do presidente à entrada igreja St. John. Este e outros eventos desta última semana tornam impossível para mim ficar em silêncio.

“Até agora fiquei reticente em falar sobre assuntos que envolvem a liderança do presidente Trump, mas chegamos a um ponto de inflexão. Seja qual tenha sido o seu objetivo em fazer a visita, ele deixou claro seu desdém pelo direito ao protesto pacífico e coloca em risco de uma politização de homens e mulheres de nossas Forças Armadas.



Manifestação diante da Casa Branca: “Sem Justiça, sem Paz!”

A República e a formação do caráter nacional - (9)

Continuação da edição anterior

Apesar dos reiterados pedidos de clemência do próprio comandante das tropas imperiais, Francisco de Lima e Silva, Pedro I passou por cima da Constituição que outorgara, para executar Frei Caneca e seus 15 companheiros de martírio

CARLOS LOPES

A democracia “que abriga todos os direitos” é a principal reivindicação dos republicanos desde o Manifesto de 1870. Por isso, seu alvo é, antes de tudo, o “poder moderador”, o instrumento da ditadura monárquica – ou, como chamou Júlio de Castilhos em 1885, o “despotismo imperial”.

A questão fora percebida e apontada no próprio momento da outorga da Constituição por Pedro I, quando as consequências do “poder moderador” ainda não eram tão visíveis, tão evidentes, quanto em 1870 e depois.

No conselho convocado pelo presidente da província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para discutir o juramento da Constituição outorgada, em 1824, o voto de Frei Caneca – que predominou – foi arrasador.

Aqui, apenas um pequeno trecho, sobre o ponto em que a Constituição dizia que “o Poder Moderador é a chave de toda a organização política”.

Pelo contrário, dizia Frei Caneca:

“O poder moderador de nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o imperador pode dissolver a câmara dos deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o senado, que é o representante dos apauzados do imperador.

“Esta monstruosa desigualdade das duas câmaras, além de se opor de frente ao sistema constitucional, que se deve chegar o mais possível à igualdade civil, dá ao imperador, que já tem de sua parte o senado, o poder de mudar a seu bel prazer os deputados, que ele entender, que se opõem aos seus interesses pessoais, e fazer escolher outros de sua facção, ficando o povo indefeso nos atentados do imperador contra seus direitos, e realmente escravo, debaixo porém das formas da lei, que é o cúmulo da desgraça (...).

“Demais, eu não posso conceber como é possível, que a câmara dos deputados possa dar motivos para ser dissolvida, sem jamais poder dá-los a dos senadores. A qualidade de ser a dos deputados temporária, e vitalícia a dos senadores, não só é uma desigualdade, que se refunde toda em aumentar os interesses do imperador, como é o meio de criar no Brasil, que felizmente não a tem, a classe da nobreza opressora dos povos; a qual só se tem atendido naqueles povos, que foram constituídos depois de já terem entre si seus duques, seus condes, seus marqueses, etc.” (cf. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, **Obras Políticas e Literárias**, Tomo I, Typ. Mercantil, 1875, Recife, pp. 42-43).

Os 65 anos seguintes foram uma demonstração de que Frei Caneca estava certo.

É verdade que para executar um dos homens mais notáveis do século XIX, a Constituição outorgada foi insuficiente.

Apesar dos reiterados pedidos de clemência do próprio comandante das tropas imperiais, Francisco de Lima e Silva, Pedro I passou por cima da Constituição que outorgara, para executar Frei Caneca e seus 15 companheiros de martírio.

Saltemos quase 60 anos



(56 ou 55, se o leitor exigir mais precisão).

A sete de janeiro de 1880, os republicanos de São Paulo realizaram, no Largo da Sé, uma reunião em apoio ao povo do Rio de Janeiro. Poucos dias antes, a então capital do Império (a “Corte”, como era chamada) fora sacudida pelo movimento popular que ficou conhecido como Revolta do Vintém (v. **A revolta dos escravos e o fim do Império; e O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores**).

No Largo da Sé, houve dois oradores.

O primeiro foi Martinho Prado Júnior, que propôs um “manifesto aos fluminenses pela sua atitude enérgica”.

O outro foi Luiz Gama, que propôs a comissão para redigir o manifesto: Américo Brasiliense, Rangel Pestana e Martinho Prado Júnior.

Luiz Gama “concluiu convidando o povo a ir cumprimentar as redações da imprensa livre e independente, representada pela ‘Gazeta do Povo’, ‘Província de S. Paulo’ e ‘Correio Paulistano’. Aceitas estas propostas, dirigiu-se o povo reunido às tipografias dos jornais referidos, cujas redações agradeceram, falando pela ‘Gazeta do Povo’ o sr. Veiga Cabral, pela ‘Província de S. Paulo’ o sr. Rangel Pestana, e pelo ‘Correio Paulistano’ o sr. Eduardo Prado” (Correio Paulistano, ed. 08/01/1880, p. 2).

Segundo os jornais da época, a frequência ao ato da Sé foi grande (“concorrida”) “apesar da chuva incessante e copiosa”.

Outro jornal, “A Província de São Paulo”, calculou em “cerca de mil pessoas as que reuniram-se no largo da Sé, sendo certo que imenso seria o concurso, a não ser o temeroso temporal que desabou sobre a cidade”.

Aliás, essa última notícia merece atenção, nem que seja pela palavra “meeting”, isto é, comício, para designar a reunião do Largo da Sé:

“**Meeting** – A chuva parece decidida a proteger o vintém e o governo.

“No Rio, ao que disse uma folha, foi talvez a chuva mais do que as tropas o que acalmou a sedição. Aqui anteontem, sabe Deus o que fariam os petroleiros [um equivalente educado de “incendiários”, para designar revolucionários], se a chuva torrencial que começou ao anoitecer, não reduzisse o **meeting** a mínimas proporções. Ainda assim, à hora aprazada grossa multidão atulhava o pátio da Sé, e ali ouviu com grandes aplausos os srs. dr. Martinho Prado Júnior e Luiz Gama, que falaram sobre as últimas ocorrências da corte e propuseram um voto de simpatia ao povo fluminense.

“A comitiva dirigiu-se em seguida às tipografias da *Gazeta do Povo*, *Correio Paulistano* e *Província*, onde reproduziram-se as manifestações.

“Ante o edifício da Província deu-se por dissolvida a reunião, e ainda assim um pequeno número de pessoas prosseguiu em



passada por algumas ruas.

“Calculam em cerca de mil pessoas as que reuniram-se no largo da Sé, sendo certo que imenso seria o concurso, a não ser o temeroso temporal que desabou sobre a cidade.

“Uma comissão composta dos cidadãos Martinho Prado Júnior, Américo Brasiliense e Rangel Pestana foi nomeada por aclamação para redigir o manifesto de simpatia ao povo fluminense” (A Província de São Paulo, ed. 08/01/1880).

Na época, esse jornal era propriedade de uma sociedade composta, entre outros, por Rangel Pestana, Francisco Glicério, Campos Sales, Américo de Campos, Cerqueira César, Martinho Prado Júnior; todos da direção do Partido Republicano.

O que mais parece interessante na notícia sobre o comício da Sé em 1880, é a observação de que a chuva reduziu o comparecimento “a mínimas proporções” ao mesmo tempo que “à hora aprazada grossa multidão atulhava o pátio da Sé” e que “calculam em cerca de mil pessoas as que reuniram-se no largo da Sé”.

São Paulo, 10 anos depois desse comício, no Censo de 1890, tinha apenas 65 mil habitantes. No Censo anterior, em 1872, apenas um pouco mais de 30 mil pessoas moravam na cidade.

Portanto, mil pessoas, debaixo de uma chuva torrencial, parece um comparecimento extraordinário.

A Revolta do Vintém quebra as ilusões na monarquia – e não somente na “Corte”, isto é, na capital do país.

Uma das coisas mais ignominiosas que se podem lembrar sobre Pedro II é sua amizade extremamente próxima com o conde de Gobineau, o ideólogo racista, que previra a extinção da população brasileira devido à inferioridade dos negros – que, inclusive, ao se miscigenarem, arrastavam os filhos mestiços dos brancos para o precipício...

Pois é a Gobineau, no dia 3 de janeiro de 1880, que Pedro II escreve:

“Tendes lido notícias do Rio? Esses acontecimentos afligem-me profundamente. É esta a primeira vez que isto sucede no Rio desde 1840. Há quase quarenta anos que aqui presido

o Governo sem que jamais fosse preciso atirar contra o povo” (cf. George Raeders, “D. Pedro II e o Conde de Gobineau – correspondências inéditas”, CEN, 1938, p. 319).

Esse desembaraço em “atirar contra o povo” para manter o poder será, no entanto, de pouca valia. Cada vez mais, será difícil encontrar quem se submeta à ordem de apertar o gatilho.

Existe outra conclusão a se tirar do comício em que falou Luiz Gama, em 1880.

O fato – não apenas o seu comparecimento, mas a sua proposta de comissão de redação para o manifesto aos fluminenses – contraria as versões de que Luiz Gama teria se afastado dos republicanos depois que o Manifesto de 1870 e a Convenção de Itu (1873) não colocaram como bandeira explícita a Abolição da escravatura.

Em Itu, na Convenção de 18 de abril de 1873, mais da metade dos 133 delegados eram fazendeiros (78 ao todo), inclusive Martinho Prado Júnior, orador no comício em apoio à Revolta do Vintém. Entre os 78 fazendeiros, estava, também, Prudente de Moraes.

Luiz Gama travou uma titânica luta pela Abolição, dentro dos republicanos – e na província onde, após o fim do tráfico da África, aumentava mais o número de escravos, comprados às províncias do Nordeste e Norte do país. Por isso, os republicanos paulistas eram especialmente resistentes a colocar a Abolição como bandeira do partido.

A começar pelo deputado republicano de maior realce no Império, Campos Sales, oriundo de Campinas, São Paulo.

Embora, é injusto, como se fez, às vezes, posteriormente (e seu período na Presidência da República, com sua desastrosa política econômica, ajudou muito a fixar esse falso juízo), tratar Campos Sales como um escravocrata ou mero portavoz dos escravocratas dentro do Partido Republicano até 1887, quando ele próprio se

Em setembro de 1878, o semanário carioca “O Mequetrefe” faz, em sua capa, uma homenagem a Luiz Gama

tornou defensor da emancipação imediata dos escravos.

O que Campos Sales defendeu em 1885, na Câmara (e mesmo antes, como veremos a seguir), foi a política de “localização” – a proibição do tráfico de escravos entre uma província e outra – como premissa para o aumento da imigração.

Essa maneira de ser abolicionista – colocando a chave na substituição dos escravos por trabalhadores europeus –, vista com os olhos de hoje, parece um pouco estranha.

Por que não transformar os escravos em assalariados? Ou em colonos, como se fez com os italianos, alemães e japoneses, que depois aqui chegaram?

É óbvio que essas outras soluções para o problema não eram fáceis, se é que eram possíveis. Mais difícil, ainda, era a transformação dos donos de escravos, com sua mentalidade viciada por séculos de escravismo, em patrões, ou seja, em burgueses.

O problema foi exposto, com nitidez, por Celso Furtado:

“Mais que em qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo. Constituinte a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma ‘hecatombe social’. (...) Prevalencia então a ideia de que um escravo era uma ‘riqueza’ e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. Faziam-se cálculos alarmistas das centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada que desapareceriam instantaneamente por um golpe legal” (cf. Celso Furtado, “**Formação Econômica do Brasil**”, 14ª ed., CEN, 1976, pp. 136-137).

Furtado observa que “somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados. Em algumas ilhas das Antilhas inglesas, em que as terras já haviam sido totalmente ocupadas e os ex-escravos não dispunham de nenhuma possibilidade de emigrar, a abolição da escravatura assumiu esse aspecto de mudança formal, passando o escravo liberado a receber um salário monetário que estava fixado pelo nível de subsistência prevalecente, o qual por sua vez refletia as condições de vida dos antigos escravos” (Celso Furtado, **op. cit.**, p. 137, grifos nossos).

Um exemplo esclarece, ainda mais, essa questão:

“O caso da ilha de Antígua é apresentado na literatura especializada inglesa como demonstrativo do caráter puramente formal da abolição da escravatura ali onde as terras estavam monopolizadas por uma classe social. A assembleia dessa ilha dispensou os escravos das obrigações criadas pelo Apprenticeship System, introduzido pelo Parlamento britânico como medida de transição na abolição da escravatura. Esse sistema obrigava os escravos maiores de seis anos a trabalhar seis anos para os seus amos durante uma jornada de 7 e 1/2 horas diárias, mediante alimentação, roupa e alojamento. Ao escravo ficava a possibilidade de trabalhar pelo menos duas horas e meia diárias mais, mediante salário. Concedendo de imediato a liberdade total, os latifundistas de Antígua se concertaram para fixar um salário de subsistência extremamente baixo. A consequência foi que os ex-escravos, em vez de trabalhar 7 e 1/2 horas

para cobrir os gastos de subsistência, como ocorreria se se aplicasse o Apprenticeship System, tiveram que trabalhar dez horas diárias para alcançar o mesmo fim. Não existindo possibilidade prática de encontrar ocupação fora das plantações, nem de emigrar; os antigos escravos tiveram que submeter-se. Com razão se pode afirmar no Parlamento britânico, nessa época, que os milhões de libras de indenização pagos pelo governo da Grã-Bretanha aos senhores de escravos antilhanos constituíram um simples presente, sem consequências práticas para a vida das populações trabalhadoras. Em outras palavras, a abolição da escravatura só trouxe benefícios aos escravistas” (Celso Furtado, **op. cit.**, pp. 137-138, nota).

O Brasil, evidentemente, não é uma ilha, como Antígua, onde a única alternativa a um salário de escravo era o Oceano e seus tubarões, o que mais parece um caso de cárcere privado do que um sistema econômico.

No Brasil, um país muito grande, a maior parte dos escravos queria qualquer coisa, menos continuar nas plantações. Daí, após a Abolição, a grande migração para as cidades, em especial para o Rio de Janeiro. Ou o tangimento para uma atrasadíssima agricultura de subsistência, aquela que, depois, Monteiro Lobato condensaria na figura do Jeca Tatu (v. **A revolta dos escravos e o fim do Império**).

Sem industrialização, isso significou a marginalização econômica – isto é, o desemprego endêmico ou o definhamento rural – de uma grande parte dos ex-escravos e seus descendentes. É a isso que Furtado se refere quando diz:

“Por toda a primeira metade do século XX a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de ‘necessidades’” (Celso Furtado, **op. cit.**, pp. 140-141).

Continua no site e na próxima edição